

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O DIZER *NA* E *SOBRE* A LÍNGUA DE SUJEITOS  
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS E A  
FRONTEIRA ENUNCIATIVA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Juciane Ferigolo Parcianello**

**Santa Maria, RS, Brasil, 2011**

**O DIZER *NA* E *SOBRE* A LÍNGUA DE SUJEITOS  
DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS E A  
FRONTEIRA ENUNCIATIVA**

**por**

**Juciane Ferigolo Parcianello**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Eliana Rosa Sturza**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado.

**O DIZER NA E SOBRE A LÍNGUA DE SUJEITOS DESCENDENTES  
DE IMIGRANTES ITALIANOS E A FRONTEIRA ENUNCIATIVA**

elaborada por  
**Juciane Ferigolo Parcianello**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Estudos Linguísticos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

**María Teresa Celada, Dr. (USP)**

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr. (UFSM)**

Santa Maria - RS, 24 de fevereiro de 2011

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a **Deus**, pela força, coragem e fé recebidas.

Ao meu pai **Atílio**, por tudo o que me ensinou, pelo homem e pelo pai que foi.

Agradeço especialmente a minha orientadora, professora **Eliana**, pela confiança depositada, pela paciência, pela orientação e pelo exemplo de mulher que é.

Agradeço de coração a **Dona Nuta**, ao **Seu Breno**, ao **Seu Aníbal**, a **Dona Santina** e ao **Seu Eliseu**, pelo acolhimento, pela disposição e pelas entrevistas concedidas. Muito obrigado, vocês são a razão deste trabalho.

A minha **mãe** e a **meus irmãos**, pelo amor incondicional, pelo estímulo e pela compreensão nos momentos de ausência.

A meu esposo **Yussef**, pelo companheirismo, pelo amor, pelas palavras de ânimo e conforto e pelo apoio nos momentos alegres e, principalmente, nos momentos difíceis.

Às amigas e colegas do coração **Nédila, Tânia e Sara**, pelo diálogo, pela amizade, pelas contribuições para a elaboração do trabalho e por compartilharem os momentos de angústia e de dúvidas.

Às **meninas do Entrelínguas** e ao **professor Marcus**, pelo apoio e carinho.

Às **professoras da banca examinadora**, pelas contribuições, correções e direções que resultarão na melhoria do trabalho.

Aos funcionários da Coordenação, **Irene e Jandir**, pela presteza no desempenhar de suas funções.

Finalmente, agradeço a **CAPES** pelo incentivo financeiro concedido, incentivo este que foi determinante para a realização e para a conclusão deste trabalho.

E a todos os que participaram de alguma forma da construção deste trabalho.

Dalla Italia noi siamo partiti  
Siamo partiti col nostro onore  
Trentasei giorni di macchina e  
vapore,  
e nella Merica noi siamo arriva'.

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

E alla Merica noi siamo arrivati  
no' abbiám trovato nè paglia e nè  
fieno  
Abbiám dormito sul nudo terreno,  
come le bestie abbiám riposa'.

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

E la Merica l'è lunga e l'è larga,  
l'è circondata dai monti e dai piani,  
e con la industria dei nostri italiani  
abbiám formato paesi e città.

*Merica, Merica, Merica...*

Canto Popular dos Emigrados Venetos  
Autor: Angelo Giusti – 1875

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O DIZER NA E SOBRE A LÍNGUA DE SUJEITOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS E A FRONTEIRA ENUNCIATIVA**

Autora: Juciane Ferigolo Parcianello

Orientadora: Eliana Rosa Sturza

**Data e local da defesa: Santa Maria, 24 de fevereiro de 2011.**

Este trabalho tem como objeto de estudo o funcionamento da memória discursiva, da memória da língua e da fronteira enunciativa em enunciados de sujeitos descendentes de imigrantes italianos. Tais enunciados foram recortados de textos de entrevistas realizadas com cinco descendentes, que vivem no município de Ivorá, Quarta Colônia de Imigração italiana. Para a realização desta pesquisa, consideramos, primeiramente, alguns aspectos do discurso historiográfico que remetem ao processo imigratório no Brasil, com ênfase na imigração italiana, e apontamos as principais causas e consequências desse acontecimento para o campo econômico e cultural do país. Num segundo momento consideramos as políticas linguísticas do Estado Novo bem como a interdição imposta às línguas de imigração através da nacionalização do ensino. Realizamos a análise de alguns decretos-leis que vigoraram neste período a fim de observar como o Estado interferiu no funcionamento da língua italiana nas colônias de imigrantes e o que resultou dessa interferência. O terceiro momento do trabalho se caracteriza por uma revisão teórica de autores que tratam de questões relativas à enunciação. Também analisamos o funcionamento da fronteira linguística em sequências enunciativas de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e como eles distribuem as línguas que falam por estarem afetados pelo espaço de enunciação. A última parte deste trabalho é dedicada ao exercício analítico, momento no qual analisamos o funcionamento da memória discursiva, da memória da língua e da fronteira enunciativa, a partir de uma inscrição teórica na Semântica da Enunciação. Observamos que o sujeito descendente de imigrantes italianos, ao predicar *sobre a(s) língua(s)* (italiana e portuguesa), significa na sua enunciação o conflito (político) pela distribuição desigual que faz dessas línguas nos espaços do dizer. Este sujeito político e histórico, em determinadas circunstâncias, ao enunciar instaura uma fronteira enunciativa, que significa, pela memória discursiva e pela memória da língua, os lugares em que ele *pode e deve* dizer em cada língua (italiana e portuguesa).

Palavras-chave: interdição linguística; memória da língua; fronteira enunciativa, distribuição dos dizeres; sentidos

## ABSTRACT

Master thesis  
Post-Graduation Program in Languages  
Federal University of Santa Maria

### THE SAYING *IN* AND *ON* LANGUAGE OF DECENDANTS OF ITALIAN IMMIGRANTS AND THE *FRONTEIRA ENUNCIATIVA*

Author: Juciane Ferigolo Parcianello

Adviser: Eliana Rosa Sturza

**Date and Place of Defense: Santa Maria, February 24<sup>th</sup>, 2011**

This work aims to study the functioning of discursive memory, language and *fronteira enunciativa* memory in statements of descendants of Italian immigrants. Such statements were retrieved from texts of interviews with five descendents who live in the city Ivorá, Fourth Colony of Italian immigration. For this research, we firstly considered a few aspects of historiographical discourse that refer to the immigration process in Brazil, with emphasis on Italian immigration, and we also pointed out the main causes and consequences of that event to the economic and cultural field of this country. Secondly, we considered the linguistic policies of the *Estado Novo* as well as the prohibition imposed on the languages of immigration through the nationalization of education. We analyzed some of decree-laws that were prevalent during this period in order to observe how the state interfered in the functioning of Italian language in immigrant colonies, which resulted from this interference. The third stage of this work is characterized by a theoretical review of authors who deal with issues regarding enunciation. We also examined the functioning of the *fronteira linguística* in enunciative sequences of descendants of Italian immigrants and how they distribute the languages they speak because they are affected by the place of enunciation. The last part of this work is devoted to analytical exercise, at which we analyzed the functioning of discursive memory, language and *fronteira enunciativa* memory, from a theoretical description of the Semantics of Enunciation. We observed that descendant of Italian immigrants, at predicating on (Italian and Portuguese) language(s), means, in its enunciation, a (political) conflict by the unequal distribution which makes these languages in place of saying. In certain circumstances at enunciating, this political and historical subject establishes a *fronteira enunciativa*, which means, by the discursive memory and by the language memory, places where it *can* and *should* say in each language (Italian and Portuguese).

Keywords: linguistic prohibition, language memory, *fronteira enunciativa*, distribution of saying, meaning.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1. UMA RECONSTITUIÇÃO DAS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL</b>	<b>16</b>
1.1. Um olhar sobre a história das condições de emigração	16
1.2. Um olhar sobre a história das condições de imigração	19
1.3. A Quarta Colônia de Imigração Italiana	21
1.4. O estigma do colono e a interdição linguística	24
1.5. A italianidade (re)significada pela língua	31
<b>2. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INTERDIÇÃO E NACIONALISMO (LINGUÍSTICO)</b>	<b>35</b>
2.1. O Estado Novo e a nacionalização pelo apagamento da diferença (linguística)	36
2.2. O nacionalismo e o lugar da língua	40
2.3. Medidas de controle linguístico: o que podem as leis?	44
<b>3. SUJEITOS DIVIDIDOS PELO DIZER E SIGNIFICADOS PELO ENUNCIAR</b>	<b>53</b>
3.1. Quem fala na língua? Quem significa no enunciado? E em que tempo se fala?	53
3.2. A enunciação, o enunciado e os lugares de significação da língua	61
3.3. O espaço de enunciação e a fronteira linguística	67
<b>4. DISCURSIVIDADES NA E SOBRE A LÍNGUA DE SUJEITOS DESCENDENTE DE IMIGRANTES ITALIANOS</b>	<b>72</b>
4.1. A constituição do plano metodológico	74
4.2. Memória discursiva e Memória da língua	77
4.3. A distribuição das línguas no discurso sobre a língua	81
4.4. A predicação e o funcionamento da memória discursiva e da memória da língua	89
4.5. A fronteira enunciativa no dizer na(s) língua(s)	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>109</b>
ANEXO 1: Entrevistas realizadas durante os anos 2009 e 2010	110

## INTRODUÇÃO

Realizar este trabalho é, indiretamente, (re)escrever a minha própria história, a partir de memórias do que li, do que escutei, do que falei e, também, do que foi silenciado.

Nasci e vivi até os dezoito anos na comunidade Linha Cinco, no interior do município Ivorá, uma das sete cidades que compõe a Quarta Colônia de Imigração Italiana. Sou filha de mãe e pai descendentes de italianos de segunda geração. Meu bisavô, segundo a história que minha avó contava, veio da Itália com oito anos, e aqui, em terras gaúchas, desbravou a mata, construiu sua pequena casa, casou-se, teve muitos filhos, que também tiveram seus filhos, sendo eu um deles. Na confusão das gerações, o que importa é saber que minha origem está a milhões de quilômetros de distância do lugar que vivo hoje, além do oceano, na província de Vicenza ou Verona, na Itália.

Sou descendente de imigrantes italianos tanto por parte de mãe como de pai, mas conheço com mais intimidade a história e a procedência de meu bisavô Cervo, pai de uma das avós paternas, que morou na casa de meus pais até falecer, com 98 anos de idade.

Cresci escutando as histórias que essa avó me contava sobre como era dura e difícil a vida nos anos de sua infância e juventude. Desde muito pequena teve que trabalhar na lavoura, cuidar dos serviços domésticos e ser também mãe dos irmãos, pois era a mais velha da turma e, por isso, responsável pelos irmãos menores. Lembro também das histórias de humilhação e vergonha que ela narrava, quando do tempo da campanha de nacionalização, sob o governo de Vargas. Minha avó

trabalhou por algum tempo como professora, mas não gostava de falar sobre esta época, creio que em decorrência da repressão que sofreu por falar italiano.

Esta avó, apesar de ter um acento muito forte da língua materna (dialeto vêneto), falava português perfeitamente, um português inclusive que o “bom gramático” caracterizaria como acadêmico, pois falava (quase) tudo gramaticalmente correto. Isso se deveu, certamente, a seu gosto pela leitura e à estigmatização linguística<sup>1</sup> que enfrentou.

Cresci neste ambiente, cercada de pessoas que falavam português e, em determinadas circunstâncias, italiano. Aos sábados pela manhã, costumávamos escutar o *Sucon de la Nona*, um programa transmitido na rádio local, apresentado em dialeto vêneto.

Meu pai era o contador oficial de piadas da comunidade. Quando se reunia com os vizinhos, no centro comunitário, também participava das rodas de canções, onde permaneciam horas cantando *La Mérica*, *La Verginella*, *O Sole Mio* e muitas outras e contando os “causos”, que eram histórias divertidas de temáticas diversas. Tudo isso, em italiano.

Em casa, era comum usarmos expressões, falar frases curtas, dirigir algum xingamento a alguém em italiano. Todos da família estávamos, de alguma forma, afetados por essa língua. Estas são memórias alegres, são memórias de uma língua que também me constitui como descendente.

Comecei a frequentar a escola com sete anos. Como a maioria dos colegas, eu tinha um “r” vibrante, característico de um falante de italiano. Logo que pronunciei as primeiras palavras em sala de aula, a professora percebeu esta “anomalia” e tratou de corrigi-la: fui induzida a pronunciar um “r” alveolar e repeti-lo, na frente da professora e dos colegas, muitas vezes, até conseguir chegar à forma “correta” de pronunciar, conforme queria a professora. Tanto fui corrigida que mudei definitivamente o som daquele “r” tão inconveniente.

Passado o tempo da escola, mudei para Santa Maria para fazer faculdade de Letras espanhol. Logo que cheguei nesta cidade, a maioria das pessoas com quem

---

<sup>1</sup> No capítulo 1, apresentamos o que entendemos por estigmatização linguística.

conversava, diziam que eu tinha um “sotaque engraçado e diferente”. Pensei, primeiramente, que isso poderia significar um problema, pois como estudante de Letras precisava falar “corretamente” o português. Porém, não sabia como solucionar este problema, porque não reconhecia em minha fala nenhuma diferença.

Permaneci com este dilema por algum tempo, até que minha visão de “língua correta” começou a mudar, graças às aulas de linguística que tive durante a graduação. Terminada esta fase de formação superior, decidi continuar os estudos.

*A priori*, minha idéia era pesquisar alguma questão relacionada à língua espanhola, mas a proposta da professora Eliana Sturza foi outra: trabalhar a relação entre o sujeito descendente de imigrantes italianos e a língua italiana (dialetos). Aceitei a proposta, mas sem ter a dimensão exata do que eu iria pesquisar.

Hoje, com a conclusão deste trabalho – ilusão de conclusão, na realidade – minha visão de língua “correta” ficou no esquecimento, isto é, na memória de dizeres que remete a um tempo histórico em que minhas conclusões sobre o que é a língua eram da ordem da ingenuidade.

Assim, este texto me significa como sujeito pesquisador e como sujeito descendente de imigrantes italianos. Nas entrevistas que realizei para constituir o corpus desta pesquisa, percebi que falo a mesma língua dos entrevistados – sempre que volto para casa isso acontece - embora me colocando no lugar de pesquisadora.

De acordo com o historiador Mário Maestri, “de 1875 a 1914, milhares de famílias camponesas partiram da Itália para materializar no Rio Grande do Sul o sonho da conquista de pedaço de terra onde construir um futuro” (2001, p.5).

Com base no discurso historiográfico, isso aconteceu porque a Itália enfrentava em fins do século XIX uma grave crise econômica, agravada pelo excedente populacional e pela carência de terra para a grande massa camponesa trabalhar.

Contrariamente no Brasil, nesta época, sobrava terra agricultável em praticamente todas as regiões do país, mas faltava pessoal para cultivá-la e habitá-la. Também faltava mão de obra para trabalhar nas imensas lavouras de café, da região sudeste, em virtude de o tráfico de escravos estar em vias de proibição.

Diante dessas duas realidades, a solução para os problemas de ambos os países foi a transferência de centenas de famílias da Itália para o Brasil. Durante quatro décadas o fluxo de imigrantes italianos, vindos, na sua grande maioria, do Norte da Itália, foi intenso no Brasil. Eles se alojaram, basicamente, na região sudeste e sul do Brasil.

No Rio Grande do Sul ocuparam, primeiramente, a região da Serra Gaúcha e em seguida formaram uma colônia na região central do Estado, a qual foi nomeada Quarta Colônia de Imigração Italiana.

No que tange à língua, conforme Maestri (2001, p. 6), predominava nas colônias de imigrantes uma diversidade tão grande de dialetos (bergamasco, cremonês, paduano, trevisano, friulano, trentino, vicentino, veronês, vêneto etc) que “em poucas décadas, surgiram falares que viabilizavam a comunicação supra-familiar nas linhas e regiões coloniais”. A base de tais falares eram os dialetos dominantes em constante transformação em virtude da assimilação de outras variedades menos praticadas. A comunidade de falantes dessa língua passou a designá-la *talian*<sup>2</sup>, segundo Maestri, sendo esta uma variedade compreendida “como uma forma bastarda da língua italiana, o *talian gramaticale* ou *gramaticale*” (ibid.).

Por muitos anos as comunidades de imigrantes mantiveram hábitos e costumes da pátria mãe, pela condição de isolamento das demais regiões povoadas do Estado a qual estavam submetidos. O governo federal inclusive via os imigrantes italianos como construtores da nação brasileira. Essa realidade, no entanto, começou a mudar, de acordo com Sganzerla (2001, p. 70), quando o ideário fascista ganhou força entre eles, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, e, assim, passaram a ser vistos pelo governo do Estado como “quistos étnicos”. A isso se somou a política de nacionalização do governo Vargas, cujas ações de controle e repressão incidiram diretamente nas práticas linguísticas da população das colônias.

Os decretos-lei postos em vigor no Estado Novo proibiam a prática dos dialetos, como medida de proteção a possíveis levantes fascistas e como modo de consolidar a unidade nacional. O ensino da língua nacional, o português, passou a

---

<sup>2</sup> No capítulo 1, explicaremos mais detalhadamente em que consiste o *talian*.

ser obrigatório nas escolas comunitárias das regiões de imigração italiana e seu uso também imprescindível em todo e qualquer local público onde houvesse a presença de algum representante do Estado.

Para Miguel Siguan (1996, p.45), a língua é uma criação da comunidade nacional que de alguma forma a caracteriza. É também o símbolo dessa comunidade e um signo de identificação de seus membros que se reconhecem como parte de um mesmo grupo, de um mesmo povo, de uma mesma nação, porque falam a mesma língua. Nesse sentido, a língua nacional foi durante o governo Vargas um símbolo do nacionalismo e, com isso, um elemento a ser incorporado, forçadamente, pelos membros das colônias italianas que não a usavam.

A interdição linguística do Estado Novo significou uma mudança na relação entre sujeito migrante/descendente e a sua língua materna, instaurando o que designamos fronteira enunciativa<sup>3</sup>. Nosso trabalho se inscreve, assim, no marco teórico da **Semântica do Acontecimento** (2002), de Eduardo Guimarães, para quem o funcionamento linguístico é determinado pelo espaço de enunciação que coloca as línguas em relação umas com as outras e as distribui conforme os modos e os lugares do dizer. Internamente, as línguas também estão divididas por uma distribuição desigual (política) do direito ao dizer. Pensar a língua desta forma é ainda concebê-la como um objeto histórico constituído por uma memória de dizeres<sup>4</sup> (ou interdiscurso). O sujeito, por sua vez histórico, e, por isso, afetado pela(s) língua(s) que fala, também é constituído por essa memória de dizeres que significa na sua enunciação produzindo os sentidos.

Objetivamos, pelo procedimento da predicação, analisar como o sujeito descendente de imigrantes italianos distribui as línguas quando fala *sobre* elas (predica sobre) a partir do funcionamento da memória discursiva (memória de

---

<sup>3</sup> Explicamos o funcionamento da fronteira enunciativa e apontamos uma possível definição para ela no capítulo 4 deste trabalho.

<sup>4</sup> No capítulo 3 explicitamos com qual conceito de memória discursiva trabalhamos.

dizeres da repressão do Estado Novo) e da memória da língua<sup>5</sup> em sequências enunciativas recortadas de textos de entrevistas.

Como levantamos a hipótese de que, em determinadas circunstâncias, o sujeito descendente de italianos ao enunciar, instaura uma fronteira enunciativa, buscamos ainda analisar como ela funciona e como ela divide *na* língua os lugares de dizer em português e em italiano.

As entrevistas que compõem o corpus da análise foram realizadas com cinco sujeitos descendentes de imigrantes italianos com idade entre 50 e 80 anos, que vivem atualmente em uma comunidade do interior do município de Ivorá, o qual integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Este trabalho é, pois, relevante, na medida em que aborda a interdição da língua italiana, durante a campanha de nacionalização, e suas consequências (para esta língua) por uma perspectiva da Semântica da Enunciação. Muitos trabalhos sobre esta questão já foram realizados, porém, no campo da Sociolinguística - destacamos as publicações das pesquisadoras do projeto *Estigma* Vitalina Frosi, Carmen Maria Faggion e Gisele O. M. Dal Corno - e em outras áreas como a História e as Ciências Sociais. Merece destaque também a tese de Maria Onice Payer (2006), inscrita no campo da Análise de Discurso de linha francesa.

No primeiro capítulo, dialogamos com textos da área da História e da Antropologia, para localizar o fenômeno imigratório no Brasil e no Rio Grande do Sul. Alguns aspectos do discurso historiográfico que referem a formação das primeiras colônias na região sul e a formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana também foram considerados. Logo, tratamos da interdição das línguas de imigração no período do Estado Novo, bem como das implicações dessa política de nacionalização para o sujeito falante dessas línguas (a estigmatização, o medo, a vergonha).

No segundo capítulo discutimos, a partir da ótica de Eric Hobsbawm (2002) e de Benedict Anderson (1993), como surge o nacionalismo e em que medida a língua está vinculada a ele (ou o constitui). Também tratamos de como as políticas de

---

<sup>5</sup> Também referendamos este conceito no capítulo 4 deste trabalho.

controle das línguas de imigração foram implementadas, e analisamos alguns artigos de dois decretos-leis instaurados no período do Estado Novo. Estes decretos-leis colocam o imigrante e seus descendentes numa condição de inferioridade em relação aos brasileiros natos, e essa condição se deve à prática de uma língua (italiana) indesejável.

No capítulo 3, tratamos de questões relativas à enunciação – o sujeito, a temporalidade, o enunciado – e ao espaço de enunciação, por uma leitura da **Semântica do Acontecimento** (2002), de Eduardo Guimarães, para situar nosso marco teórico. Ainda analisamos como a fronteira linguística se marca no enunciado de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e como ela significa o sujeito afetado por duas línguas, o português e o italiano. Essa análise foi feita para diferenciar o funcionamento da fronteira linguística do funcionamento da fronteira enunciativa.

No último capítulo, partimos para o exercício analítico das sequências enunciativas, a fim de observar como o sujeito descendente de italianos distribui as línguas que fala, quando predica *sobre* elas, pelo funcionamento da memória discursiva e da memória da língua. E por fim, analisamos o funcionamento da fronteira enunciativa a partir da divisão dos lugares do dizer que o sujeito institui quando diz *na(s)* língua(s).

## **1. UMA RECONSTITUIÇÃO DAS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL**

O processo imigratório no Brasil é tratado sob diversas perspectivas, dentre elas destacamos três, a sociológica, a antropológica e a historiográfica, cada qual com suas particularidades, com pontos que se tocam e com pontos que divergem. Neste trabalho, enfatizamos alguns aspectos do discurso historiográfico que descrevem o acontecimento da imigração no Brasil, com destaque para a vinda, chegada e instalação dos imigrantes italianos em território brasileiro, no fim do século XIX. A historicização da imigração italiana no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, enquanto discurso legitimado, serve-nos de base para o entendimento de questões concernentes ao funcionamento linguístico de sujeitos que são diretamente afetados por ela.

A língua é um dos elementos que compõe o imaginário da italianidade (ZANINI, 2006), por isso tal imaginário está, de modo indireto, determinado pelas circunstâncias históricas em que é constituído, já que a língua é um objeto histórico (GUIMARÃES, 2002). Se quisermos estudar a divisão que o sujeito descendente de imigrantes italianos faz dos espaços do dizer em cada língua – português e italiano – precisamos conhecer seus modos de se relacionar com esta(as) língua(as). E nesta relação o fato histórico discursivizado tem papel categórico. Por isso, nosso interesse pela historicização do acontecimento da vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e para o Rio Grande do Sul.

### **1.1. Um olhar sobre a história das condições de emigração**

Entendemos que o discurso historiográfico (re)constrói as condições em que ocorreu a imigração italiana no Brasil. Conhecê-lo, pontuando alguns aspectos, é uma atitude indispensável para o desenho do quadro cultural e linguístico atual da italianidade, pois compreendemos este quadro como o resultado das condições sócio-históricas do processo imigratório que se constituiu no passado, acrescido de outros fatos ocorridos principalmente no período da Segunda Guerra Mundial.

A historiografia aponta o século XIX e as primeiras décadas do século XX como os grandes marcos do processo imigratório no Brasil, devido a grande quantidade de “estrangeiros” que aportaram em solo brasileiro com o intuito de mudar o curso de sua história, ou seja, melhorar as condições de vida, mas, principalmente, com a esperança de adquirir uma porção de terra agricultável e assim produzir o alimento para o consumo e para a comercialização, em caso de haver excedente. Merece destaque, neste enorme contingente de pessoas que fizeram do Brasil sua pátria, os imigrantes alemães e os italianos. Aos primeiros coube o posto de pioneiros na atividade migratória para suprir a necessidade de mão de obra braçal, mas principalmente, para exercer a defesa dos locais pouco habitados ou desabitados do jovem Estado brasileiro. Aos últimos coube-lhes tarefa semelhante. O objetivo de suas vindas, porém, recaía muito mais na necessidade urgente de ocupação de territórios nacionais ainda desabitados do que na garantia de defesa das fronteiras do país<sup>6</sup>.

Nas duas situações de imigração acima mencionadas, consideramos também como elemento de diferenciação entre ambas o fato de a crise econômica e o problema do excesso populacional enfrentados pela Alemanha nas primeiras décadas do século XIX terem sido solucionados mais rapidamente do que na Itália. Isso evitou o êxodo populacional massivo para Brasil e para outras partes do mundo. A Itália, contrariamente, tardou mais em recuperar-se da crise financeira, impelindo a população pobre à expatriação. Também contribuiu para esse fenômeno, a grande campanha promovida na Itália por pessoas que lucravam muito com emigração. No Brasil, a campanha não era diferente. Fazia-se chegar aos italianos (na Itália)

---

<sup>6</sup> Os fatos históricos apresentados neste parágrafo estão disponíveis em: <http://cafehistoria.ning.com/group/histriadaimigraoitaliana>, acesso em 15/01/2010

notícias ilusórias sobre a beleza, a fartura, a riqueza da terra brasileira, deixando-os ainda mais animados com a possibilidade de enriquecer usufruindo de um bom pedaço de chão.

Segundo o historiador Breno A. Sponchiado (1996), a Itália enfrentava uma grave crise econômica em fins do século XIX com o agravante de uma superpopulação sem terra para plantar, sem instrução para trabalhar em outras áreas e com uma enorme carência de alimentos. O Brasil, por sua vez, necessitava de pessoal para trabalhar nas grandes fazendas de café e para desbravar e ocupar territórios pouco habitados, como o Rio Grande do Sul. Com a abolição da escravidão e o fim do tráfico de escravos, a carência de trabalhadores braçais aumentou ainda mais. A solução para a grave crise da Itália e para a problemática brasileira foi, então, deslocar pessoas de um país para outro, ou seja, da Itália para o Brasil. E assim aconteceu. Mais de 1,5 milhões de italianos aportaram em terras brasileiras entre os anos de 1874 e 1920.

José Vicente Righi et al., em seu livro **Povoadores da Quarta Colônia** (2001), arrola, como um dos principais motivos da crise econômica na Itália em fins do século XIX, a iminência do “capitalismo avassalador” (p. 19). Tal acontecimento fez com que a classe camponesa italiana se visse diante da dicotomia ou se urbanizar transformando-se em força de trabalho para a indústria ou modernizar-se a ponto de converter-se em senhores de empresas ou empreendimentos. Esta última solução, dadas as condições econômicas da Itália, não passava de utopia. Restava ainda uma opção, que foi a escolhida por milhares de italianos: buscar novos horizontes, abandonando a pátria, com o intento de encontrar terra desabitada e sem dono, onde pudessem seguir sendo camponeses.

De acordo com Righi (ibid.),

numa análise crítica, em que a própria sobrevivência dependia desta escolha, a grande maioria resolveu partir. Com efeito, tal decisão dependeu de outros fatores, de caráter emocional, pois deveriam abandonar a terra-mãe e tudo o que nela haviam construído, bem como as estruturas emanadas de seus próprios antepassados. Estruturas velhas, mas sólidas, deram lugar a uma estrutura nova em terra distante.

O período que abrange os acontecimentos de 1850 a 1870 compreende, sem dúvida, a expansão do sistema capitalista em toda a Europa. Tal

expansão configura a causa principal da emigração dos italianos para o Brasil (p.19).

Em solo brasileiro, os imigrantes italianos buscaram manter a matriz familiar de origem, bem como os costumes, crenças, com destaque para o culto do catolicismo, o modo de cultivar a terra e de administrar as finanças e, finalmente, a língua trazida de tão longínqua pátria.

## **1.2. Um olhar sobre a história das condições de imigração**

A chegada dos primeiros imigrantes italianos no Rio Grande do Sul ocorreu em período anterior ao da década de 1870. A fundação das duas primeiras colônias data de fins da década de 1860, quando ainda não havia começado oficialmente o processo de imigração italiana no Brasil. Essas duas colônias se localizavam em território que hoje pertence aos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves e eram chamadas, respectivamente de Conde D'Eu e Vila Isabel. Em 1872, o governo provincial firmou um acordo com empresas privadas, que deveriam trazer para o RS cerca de 40 mil colonos para ocupar estas duas colônias e outras que estavam em processo de fundação. Porém, o número de imigrantes italianos vindos ao Brasil até o ano de 1875 não ultrapassou a marca de cinco mil, em virtude da má fama que o país tinha adquirido no continente Europeu, onde circulavam notícias sobre as más condições de instalação dos emigrados e sobre a baixa remuneração que recebiam<sup>7</sup>.

O governo provincial do RS, dando-se conta de seu fracasso, passa ao governo central a responsabilidade de negociar com o governo italiano a vinda massiva de pessoal para dar sequência à colonização no sul do país.

O ano de 1875 é, pois, o grande marco da colonização italiana no Brasil. O movimento migratório intensificou-se a partir deste ano e somente começou a declinar na década de 1920.

---

<sup>7</sup> Os fatos históricos mencionados neste parágrafo constam no texto *Italianos: os homens do vinho ficaram nas terras altas*, que está disponível em <http://www.portalturra.com.br/content.aspx?ID=41>, acesso em 20/01/2010

Em 1875 é fundada a Colônia de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, e em 1877 a Colônia de Silveira Martins, na região central. Conforme a historiadora Catia Dalmolin (2005), “os imigrantes instalaram-se em quatro núcleos coloniais principais: Conde D’Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves), Caxias do Sul e Silveira Martins. Esses núcleos foram criados em terras que não eram adequadas à produção pastoril” (p. 82), por seu caráter bastante acidentado. Desenvolveu-se, pois, nestes locais, o cultivo da pequena e média propriedade, com destaque para a produção de vinho e produtos primários como o milho, a batata, o feijão e o trigo.

A colonização italiana não se limitou a territórios do Rio Grande do Sul. Expandiu-se também para as regiões de Santa Catarina e Paraná, porém como uma reimplantação, devido ao fato de as terras gaúchas serem insuficientes para o enorme contingente de imigrantes que nelas pretendiam se instalar. Posteriormente, a imigração massiva se deslocou para a região sudeste, com a maior concentração de italianos no estado de São Paulo.

Quanto a este dado é importante fazer uma ressalva: a finalidade a qual se destinava a vinda de trabalhadores italianos para o Brasil diferenciava-se na região sudeste e na região sul. O antropólogo Borges Pereira caracteriza o processo migratório brasileiro, iniciado em 1875, sob dois sistemas: “o sistema de imigração e o sistema de colonização” (2006, p.11). Essa distinção irá repercutir diretamente na forma como os emigrados passaram a relacionar-se com o cultivo da terra, com os hábitos que trouxeram da Itália e com a resignificação destes hábitos. Para o referido autor, o primeiro sistema, “característico notadamente da região sudeste, ostenta como expressão símbolo o complexo núcleo-fazenda, isto é, o núcleo onde imigrantes de várias procedências se misturavam no mesmo território”. Formavam, então, uma espécie de “extensão da fazenda de café”, serviam como mão de obra rural e faziam a distribuição dos produtos colhidos para os centros urbanos próximos (p.11). Já, o segundo sistema, que perdurou nos estados meridionais brasileiros,

exibe como símbolo as pequenas propriedades, que, contíguas umas às outras, compunham, no seu conjunto compacto – quase sempre amplo – territórios étnicos homogêneos, ocupados e construídos por correntes migratórias da mesma procedência. Diferentemente do que ocorreu no Sudeste, a imigração nestas paragens teve como função, além das suas metas gerais (“branquear” e recatolizar o Brasil), alcançar objetivos

geopolíticos que consistiam em definir fronteiras em tempo real e ocupar áreas com baixa densidade populacional e, por isso, consideradas falsamente “vazias” pelo poder nacional (2006, p.11).

As correntes migratórias do sul tinham a função de “colonizar” as regiões do sul do país consideradas “desabitadas” e sem “civilização” ao contrário das que se instalaram na região sudeste para servir de mão de obra nas fazendas de café. Esse diferencial foi determinante para a construção de uma identidade do imigrante italiano do RS, identidade esta que se processa na “passagem da categoria de recém-imigrado para imigrante, depois para a de colono italiano proprietário no Brasil, categoria que promoverá o enraizamento em terra estrangeira” (ZANINI, 2006, p.25). O fato de eles viverem por várias décadas em comunidades quase isoladas do contato com os “brasileiros”, possibilitou a preservação dos dialetos, dos costumes, das crenças e do modo de vida e de trabalho.

### 1.3. A Quarta Colônia de Imigração Italiana

A Quarta Colônia de Imigração Italiana, segundo dados do historiador Ernesto Pellanda, em **Aspectos Gerais da História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**<sup>8</sup>, foi fundada em 1877, em terras que atualmente se situa o município de Silveira Martins. O autor explica que,

iniciada a colonização de Silveira Martins em começos de 1877, a ela foi dirigida uma leva de 70 famílias que navegou até Rio Pardo e fez o restante do percurso em carretas, durante 15 dias, para chegar ao destino - o Barracão de Imigrantes, no Val de Buia. Dela faziam parte, segundo o Cav. Ancarani, antigo vice-cônsul em Santa Maria, Prospero Pippi, Pedro Salla, Francisco Mezzomo, Domingos Panis, Antônio Fantineli, Domingos e Guerrino Rech, Pedro e Guerrino Lucca, Valentim Zambonato, David Monaco, Matteo Borrin e vários ramos de família Dotto, compreendendo cêrca de 40 pessoas. Chefiavam-na Lorenzo Biassus e Giovani Frota. Uma segunda leva composta de 70 famílias chegaria logo após, e no ano seguinte mais 170 viriam se alojar em seus lotes.

Do total de famílias que se instalaram no núcleo de Silveira Martins, a maioria era de origem vêneta, embora houvesse imigrantes vindos da região do Friule,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://pessoal.portoweb.com.br/pellanda/IMIGRA.htm>, acesso em 15/03/2010

Trentino, Lombardia e Toscana, todas estas do norte da Itália. Após a chegada neste núcleo, os italianos se distribuíram pela região, ocupando regiões que hoje correspondem aos municípios de São João do Polêsene, Dona Francisca, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Ivorá e uma pequena parte nas cidades de Agudo e Restinga Seca, já colonizadas, predominantemente, por imigrantes alemães. Também ocuparam algumas regiões das atuais cidades de Santa Maria, Julio de Castilhos e São Martinho.

Nestes locais, os imigrantes se depararam com inúmeras dificuldades, dadas as condições inóspitas das terras, até então cobertas de mata virgem, desprovidas de estradas, de meios de transporte e de locais seguros para fixar residência. Os primeiros anos foram de luta constante contra doenças, fome, animais selvagens e contra o quase total isolamento em relação às demais regiões já habitadas.

Conforme consta no artigo **Genealogia - História da Imigração Italiana no Brasil**<sup>9</sup>, as primeiras atividades dos colonos não foram as de plantio, mas de limpeza de mato, construção de casas e abertura de caminhos. Os trabalhos posteriores foram os de cultivo da terra e de construção de pequenos centros comunitários para a reunião das famílias e para as celebrações. Como a religiosidade era algo muito presente na vida dos imigrantes italianos, o passo seguinte foi o de edificar pequenas igrejas e capitéis para e realização das missas, catequeses, batismos e casamentos.

No artigo referido acima, encontramos ainda a informação de que “ao contrário da maioria dos alemães, que sofreram cerceamentos por serem protestantes, num país em que a religião oficial era a católica, os italianos fizeram da atividade religiosa o foco da sua vida comunitária”. Além da religião, um dos grandes pilares da cultura italiana foi a língua. Durante anos, devido ao isolamento, os imigrantes italianos ensinaram sua língua – a que trouxeram da Itália - para os filhos, netos, bisnetos, pois era a única que sabiam falar. Nos primeiros tempos, o contato entre os membros das colônias de imigrantes e as pessoas que viviam nas terras do sul do Brasil era quase inexistente. Esse foi o principal motivo para o uso exclusivo dos diversos dialetos no espaço familiar.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://genealogia.prati.com.br/Genealogia/imigracao2.htm>, acesso em 28/03/2010

A língua era, nessa época, predominantemente, de registro oral, pois era rara a presença de escolas nas comunidades e raros os casos de imigrantes com domínio da língua escrita. O aprendizado oral da língua italiana acontecia, então, no próprio círculo familiar – e ainda continua acontecendo, mas com significativa redução, nas regiões de colonização italiana.

A língua é marca identitária do sujeito (cf. REVUZ, 1998) e, por isso, signo de uma coletividade. Isso explica porque hoje, passado praticamente um século e meio da chegada dos primeiros imigrantes italianos no Brasil, é comum ver grupos de descendentes falando italiano nas festividades, nas comemorações, nos encontros comunitários e, principalmente, em família. Usar a língua é para eles retornar a origem (ZANINI, 2006), mesmo que esta origem seja mítica, inventada ou recriada. O prazer de cantar aquelas canções que remetem à saga dos bravos colonos, que partiram no “*vapore*” e aportaram em terras brasileiras trazendo apenas “*speranza*” e “*onore*”, faz com que estes sujeitos ressignifiquem o mito da origem, pela língua e pelas histórias que são narradas através dela.

Quando nos referimos à língua italiana ou ao italiano neste texto, estamos considerando uma língua constituída de uma grande quantidade de variedades dialetais com interferência do português falado no Rio Grande do Sul, que por sua vez, também varia de região para região. Essa língua caracterizada e significada pela mistura, pelo cruzamento recebeu a designação *talian*.

O *talian*, conforme Piazzeta (s/d)<sup>10</sup>, é uma língua com dicionário e gramática própria, cuja base é o dialeto vênето com predominância de outros dialetos como o lombardo, o friulano e o trentino. Para este autor, o *talian* funcionou, no período da imigração, como uma espécie de língua geral que permitia a comunicação entre falantes de vários dialetos. Diferentemente do que aconteceu em São Paulo, região onde se instalaram imigrantes predominantemente vênетos, o Rio Grande do Sul foi colonizado por imigrantes italianos de diversas regiões que falavam, por isso, dialetos bastante distintos.

---

<sup>10</sup> O texto do referido autor está disponível em <http://veneti.blogspot.com/2006/07/imigrao-vneta-el-talian.html>. Acesso em 05/11/2010

Chegados às terras gaúchas, esses imigrantes, de acordo com Piazzeta (s/d), foram destinados a seus respectivos lotes, sem haver, por parte dos responsáveis pela divisão de tais lotes, qualquer preocupação com as diferenças dialetais entre as famílias ocupantes. Com o passar do tempo, o contato entre essas famílias provenientes de regiões diferentes – e falantes de dialetos diferentes – foi colocando em contato línguas diversas, constituindo assim o *talian*.

Com base nas considerações de Piazzeta (s/d), entendemos o *talian* como uma língua caracterizada pela mistura de dialetos, a partir de uma base vêneta, com influência fonética, léxica e sintática do português. É essa língua, que muitos descendentes de imigrantes italianos ainda praticam nas rodas de amigos e nas conversas familiares. É também por meio desta língua que estes sujeitos rememoram o passado, fazendo-o (re)significar enquanto história que também lhes pertence – a história dos antepassados é tomada como própria destes sujeitos descendentes, significando seu pertencimento (ou ilusão de pertencimento) a ela.

Para Zanini (2006), os descendentes de imigrantes italianos ainda se identificam sobremaneira com os primeiros colonos que aqui chegaram. Cada vez que em alguma festividade se rememora a chegada dos imigrantes na região da Quarta Colônia, também renasce “o mito da origem” (p. 37) e com ele o sentimento de pertencimento a esta origem remota. A travessia, segundo a autora tem papel fundamental para a construção deste mito, já que marca a divisão, a cisão do sujeito imigrante: de um lado ficam as lembranças daquele que foi italiano e do outro as novas experiências, a nova cultura, a nova identidade. A travessia é, pois, o marco da nova vida, é a porta de entrada para a tão sonhada “Mérica”. Zanini considera este aspecto

muito importante na construção identitária dos descendentes de italianos, ou seja, compreendem a si mesmos mediante a constante atualização do mito da origem, como ítalo-brasileiros, pois sua unidade é composta por sinais diacríticos que residem em ambos os universos simbólicos: o italiano (das origens) e o brasileiro (pelo nascimento) (2006, p. 38).

#### **1.4. O estigma do colono e a interdição linguística**

A condição de isolamento das colônias de imigrantes significou, em certa medida, a proteção contra as influências da cultura e da língua do Brasil. Durante anos eles viveram em um mundo quase aparte, mantendo os costumes trazidos da terra de origem e falando seus dialetos de origem. Eram colonos, no sentido lato da palavra, no sentido de trabalhadores e cultivadores da terra.

O que para os imigrantes foi, nos primeiros anos de permanência em solo brasileiro, razão de orgulho – a prática da cultura e da língua de origem – tornou-se nas décadas de 1930 e 1940 razão de vigilância e apreensão.

Conforme pondera a historiadora Cláudia Sganzerla (2001), isso se deveu a dois motivos: a presença e a influência de agentes fascistas, que pregavam nos grupos de imigrantes a *italianidade*, uma espécie de culto à nação de origem; e a política de nacionalização do governo Vargas, orientada para o fortalecimento da unidade, do mercado e da indústria nacionais. Essa política, segundo a autora,

impulsionou a assimilação forçada das minorias nacionais estabelecidas no território brasileiro. A Política de Nacionalização buscava a assimilação das comunidades estrangeiras estabelecidas no país e a inviabilização de qualquer tentativa de alteração da ordem social e política com a ajuda de outras nações. Sobretudo, a campanha nacionalista visava inibir as ações alemã e italiana no Brasil, entre suas comunidades nacionais (2001, p. 74)

Para que a assimilação das comunidades estrangeiras fosse viabilizada, era preciso “nacionalizar” aquilo que mais as representava, que mais as significava e que mais as distanciava da unidade: a língua. Assim, os imigrantes e descendentes passaram a ser vigiados, controlados, perseguidos, não por sua origem, mas pela língua que falavam.

A interdição linguística trouxe como consequência mais evidente o declínio do uso das línguas de imigração nas comunidades onde eram faladas. A consequência menos explícita da repressão perdurou por várias décadas e ainda perdura, com menor intensidade obviamente: o medo e a vergonha de falar a língua proibida. Muitos descendentes de imigrantes ainda evitam falar sobre os eventos ocorridos durante o Estado Novo. Evitam também falar a língua interditada, pois ela é a memória dos temores e das humilhações pelo qual passaram.

Da repressão à língua italiana, surgiu também o preconceito em relação ao modo de falar e de se expressar de seus falantes. Tal preconceito manifesta-se, dentre outras formas, no “estigma” (GOFFMAN, 1988) do colono – que tem um “sotaque” diferente, que fala errado, sendo por isso motivo de riso ou de piada.

O termo “colono” refere o sujeito que vive na zona rural, que trabalha com o cultivo da terra, com a produção de alimentos e com a criação de animais domésticos em sua propriedade. No entanto, essa palavra ganhou sentido pejorativo ao ser associada com rusticidade e falta de traquejo. “Colono” passou, então, a significar pessoa rude, grosseira, que não sabe falar “corretamente”, porque vive no campo. Aos descendentes de imigrantes italianos do RS que trabalhavam na e com a terra coube-lhes esse predicado. Eles eram colonos porque moravam no interior, falavam errado e tinham hábitos diferenciados, tinham hábitos diferenciados, falavam errado e moravam no interior porque eram colonos. Essa é a lei do preconceito e do senso comum, que cria definições, juízos, critérios de escolha sem nenhuma base empírica, mas apenas amparada na noção de certo/errado, de aceitável/inaceitável.

O fato de os descendentes de italianos falarem uma língua inaceitável tornou-os também inaceitáveis, mas eles somente eram vistos dessa forma porque sua língua os denunciava. As linguistas Frosi, Faggion e Dal Corno em seu livro **Estigma: Cultura e Atitudes Linguísticas** (2010) apresentam resultados de pesquisas sócio-linguísticas realizadas na RCI (Região de Imigração Italiana) da Serra Gaúcha com descendentes de imigrantes italianos. As autoras demonstram que no período do Estado Novo o silenciamento linguístico era uma forma de evitar a punição.

Pelos relatos recolhidos de entrevistas realizadas com moradores da região, elas descrevem um número imensurável de situações em que falantes de italiano não saíam de casa por medo de serem identificados como tal por um policial e, assim, serem presos. Faggion (2010, p. 108) retoma a passagem bíblica do livro dos Juízes 12, em que o inimigo era identificado pela pronúncia de um único fonema, para ilustrar a situação enfrentada pelos moradores da RCI da Serra Gaúcha

durante a Campanha de nacionalização<sup>11</sup>. A língua denuncia a origem, por isso muitas pessoas preferiam o silêncio à punição.

A imposição de aprender a língua nacional, mas principalmente a imposição de não falar a língua familiar fez com que os imigrantes italianos e seus descendentes aprendessem o português de modo rápido e forçado. Ou falavam a língua nacional ou permaneciam no silêncio.

O aprendizado do português deu-se, então, sob a base do italiano, e obviamente, este deixou suas marcas naquele, o que resultou numa prática linguística diferenciada. O português falado pelos imigrantes italianos era diferente do português falado pelos brasileiros, devido às variações fonéticas e de acento e à incorporação de palavras e expressões dos dialetos.

Vitalina Frosi (2010) afirma que a “fala de um indivíduo revela a seus interlocutores algumas das marcas que lhe são peculiares, podendo informar tanto sua etnia, a classe sociocultural, a faixa etária e, principalmente, suas atitudes em relação a sua própria linguagem” (p.43). No caso dos imigrantes italianos, a língua (portuguesa) que eles forçadamente aprenderam a falar revela a sua identidade étnica, porque está carregada de marcas da outra língua, daquela usada nos diálogos familiares e nos encontros com amigos e vizinhos.

Este acontecimento foi um dos motivadores da estigmatização linguística. Ao imaginário de que o sujeito que trabalha no campo é rústico e menos hábil com o emprego da linguagem “correta” somou-se a idéia de que ele, por ser italiano, falava “um português” com forte acento e com muitos traços dialetais, fato este que o diferenciava do falante brasileiro.

---

<sup>11</sup> A Campanha de nacionalização foi, em um primeiro momento, o surgimento de um conjunto de idéias que tinham por base a valorização e a defesa dos elementos nacionais. Em um segundo momento, foi a criação de leis e sanções que possibilitassem tal defesa e valorização. E em um terceiro momento, foi a prática, a aplicação destas leis e sanções em todo o território brasileiro. Olgário Paulo Vogt considera o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, o acontecimento determinante para que fosse desencadeada a Campanha de nacionalização, embora ela estivesse acontecendo de modo menos enfático desde o começo do século XX. Conforme Vogt, Getúlio Vargas apoiado pelas Forças Armadas “deu início a um governo ditatorial, corporativista, centralizador e nacionalista” (s/d, p.2).

Conforme as palavras de Zanini (2006), o “estigma do colono” esteve presente na construção da identidade dos imigrantes, principalmente em decorrência da Era Vargas e das ações de violência física e simbólica que resultaram desse momento da história do Brasil. Giselle Dal Corno (2010, p. 83) acrescenta a este outro acontecimento relevante que seria para ela “o embrião da estigmatização social da fala dialetal”; juntamente com o desprestígio social

ocorre o desprestígio dentro do próprio grupo étnico italiano regional: à medida que o ítalo-brasileiro se urbaniza e aumenta seu poder aquisitivo, passa a desprezar o habitante da zona rural – o colono – focalizando seus modos grosseiros e sua fala carregada de marcas dialetais (ibdem).

A autora explica que este fato é característico da década de 50, fase em que a Região de Colonização Italiana (RCI) da Serra Gaúcha começou a desenvolver atividades industriais e a ganhar projeção nacional pelo desenvolvimento econômico que apresentava. A construção de ferrovias e a instalação da rede elétrica deixaram as cidades da RCI conectadas às demais regiões do país. A população rural, no entanto, não desfrutava destes benefícios, mantendo-se em certa medida isolada dos avanços e do progresso urbano. Esse foi, portanto, de acordo com Dal Corno, um dos motivos do desprestígio das variedades dialetais – estigmatização linguística – e uma das circunstâncias de produção do estigma do colono.

As considerações de Dal Corno são em relação à RCI da Serra Gaúcha. Na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, todavia, há um diferencial: as cidades que compõem os núcleos urbanos não chegaram a se desenvolver como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, por exemplo. Embora alcançassem a emancipação política tornando-se municípios, as cidades da Quarta Colônia permaneceram com uma base econômica essencialmente agrícola. Praticamente não há indústrias nestes municípios e o número de habitantes é bastante inferior se comparado às cidades da Serra Gaúcha. Os moradores dos centros urbanos possuem uma vida e uma rotina de trabalho bastante semelhantes a dos habitantes da zona rural. Isso fez com que não houvesse tanta variação entre o modo de falar destes dois grupos, diferentemente do que aconteceu na região serrana.

O estigma do colono, na região da Quarta Colônia, não esteve associado predominantemente a sujeitos do meio rural. Foi um fenômeno que se estendeu também, com menor intensidade, aos sujeitos dos núcleos urbanos.

Parece-nos interessante esclarecer, neste momento, à luz de Goffman (1988), o que entendemos por estigma – estigma de um modo geral e não ainda vinculado à língua. O autor explica que

enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (p. 12).

O estigma, neste caso, diz respeito mais pontualmente a um aspecto físico ou psíquico do sujeito que o afasta da “normalidade”. É uma marca que o diferencia dos demais não por apresentar um conjunto de traços positivos, mas por ser esta marca de valor negativo ou por significar algo que deveria existir – o suposto elemento de normalidade.

O que nos interessa, a partir da definição de estigma de Goffman, é ver como ele se manifesta no plano linguístico. A suposta “anormalidade”, no caso dos italianos e seus descendentes, remete ao fato de eles não falarem a língua do Estado. Os elementos causadores do estigma eram a língua (aceitável) que eles *não* tinham, mas deveriam ter: a nacional; e a língua que eles tinham: a italiana, mas *não* deveriam ter.

Além da língua, os costumes, as danças, os cantos, as festas também significavam “o diferente”. Todos estes aspectos eram “um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem”.

Uma questão pertinente a levantar com base nas considerações anteriores é também tema de interesse de Ervin Goffman (ibid., p.18): “como a pessoa estigmatizada responde a tal situação?” Ele sugere, como resposta, que o sujeito

estigmatizado tenta “corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito, tal como quando uma pessoa fisicamente deformada se submete a uma cirurgia plástica, uma pessoa cega a um tratamento ocular, um analfabeto corrige sua educação...” e, do mesmo modo, um imigrante italiano que não fala (“corretamente”) a língua do Estado a que pertence submete-se a aprendê-la e a deixar de usar a língua materna.

Durante décadas, os imigrantes italianos sentiram-se envergonhados e perseguidos por falarem uma língua condenada e diferente. A solução para o mal da língua foi, então, “abrasileirar-se”. Isso, contudo, não ocorreu por um simples ato de substituição.

A língua “indesejada”, estigmatizada não foi arrancada da memória do sujeito, como se fosse um órgão, um membro do corpo, e em seu lugar foi posto outra. Ela permanece na fala do sujeito como lembrança daquilo que já foi dito *na* e *sobre* ela. Ocupa o lugar que sempre ocupou, mesmo que em estado latente, sempre sujeita a funcionar quando a outra língua – a portuguesa – funciona. Na enunciação, o sujeito se marca pela sua história, e sua história se constrói, dentre outros elementos, pela e na língua. Por isso se diz que uma língua não “morre” para o sujeito, mas constitui a memória (da língua) (PAYER, 2006).

Ainda sobre a questão da estigmatização linguística, Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) apontam três importantes aspectos que evidenciam a construção do sentimento de solidariedade entre os sujeitos pertencentes ao grupo étnico dos imigrantes italianos e seus descendentes. São eles: “as marcas que estigmatizam também identificam o grupo” (p.28), “memórias de medo e repressão compartilhadas identificam o grupo” (p. 31) e “o uso da língua como marca de pertencimento ao grupo” (p. 34).

Destes três aspectos destacamos o último, que conforme as palavras das autoras, é o mais expressivo para o despertar do sentimento de solidariedade e pertencimento ao grupo. A língua é uma “forma de estabelecer empatia, garantir proximidade, reforçar vínculos” (p. 34).

A língua é também um dos elementos basilares da identidade étnica, de acordo com Frosi (2010). Ela é

o símbolo por excelência da etnicidade...apresenta-se como um vínculo precioso pelo qual se expressam a paternidade, o patrimônio e a fenomenologia. É em si mesma um bem valioso, por ela se faz a transmissão dos elementos culturais relevantes, dos usos e costumes do grupo étnico, da prática dos ritos, etc.

### 1.5. A italianidade (re)significada pela língua

Maria Catarina Zanini, em seu livro **A italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS** (2006), realiza uma pesquisa de cunho antropológico que visa, em linhas gerais, detectar como os descendentes de imigrantes italianos da região de Santa Maria – RS (re)constroem hoje sua identidade étnica (italianidade), quais elementos diacríticos fundamentam essa construção e como se dá a relação entre o hoje e o “mito da origem” das comunidades italianas no sul do Brasil.

O estudo realizado pela antropóloga é de grande valia para nosso trabalho, pois nos oferece uma visão diferenciada do processo de construção da identidade étnica do sujeito descendente de imigrante italiano, considerando principalmente a questão da ressignificação de valores, costumes, crenças e práticas – incluindo a prática da língua - dos antepassados. O ato de ressignificar o passado se fundamenta, conforme explica Borges Pereira, no prefácio do livro de Zanini, “numa história real, inventada ou reinventada, que narra o épico e o sofrimento da saga do grupo” (2006, p.11). E é a partir deste imaginário coletivo que se configura a italianidade e se ressemantizam os sinais diacríticos que a constituem. Mas afinal, o que entendemos por italianidade e por símbolos ou sinais diacríticos?

A respeito do primeiro tema, a historiadora e antropóloga Giralda Seyferth (1999) argumenta que o sentimento de *italianità* originou-se, parcialmente, graças à ação da Igreja Católica que por meio da religião e da fé produziu nos imigrantes um misto de crença em Deus e “consciência nacional” (p. 206). Tanto no Rio Grande do Sul como em São Paulo, a igreja detinha o controle de praticamente todas as micro-instituições que funcionavam dentro das colônias, dentre elas, a escola, a imprensa e as inúmeras associações beneficentes. Tal situação permitiu que se

desenvolvesse um sentimento de orgulho entre a comunidade italiana com relação a sua origem, a sua opção religiosa e ao seu modo de vida.

A igreja enobrecia a odisséia dos emigrados, exaltando sua coragem, força e fé e, com isso, assegurava a crença dos fies, que, por sua vez, sentiam-se parte dessa odisséia. O sentimento de nostalgia pelo distanciamento da terra de origem era, de certa forma, compensado pela religiosidade e pela crença alimentada da conquista da terra prometida.

Além da ação da Igreja Católica para o despontar da *italianità*, Seyferth (1999) considera ainda a questão linguística e a questão do *ethos* do trabalho. A autora menciona que

houve, portanto, uma vinculação entre etnicidade e catolicismo, mas os elementos constitutivos da identidade étnica italiana no Brasil incluíam a língua nacional e um *ethos* do trabalho construído por oposição aos brasileiros, além da ênfase nos hábitos e costumes trazidos da Itália, relacionados ao lazer, alimentação e práticas religiosas (p.206)

Maria Catarina Zanini ao tratar da questão da *italianità*, comenta que os descendentes de imigrantes da região de Santa Maria (RS), incluindo o município de Silveira Martins, em ocasião das entrevistas realizadas, manifestavam como referencia a si próprios o fato de serem “descendentes de imigrantes italianos, portadores de um diferenciador frente à sociedade local”. Contudo, a Itália não aparecia como um

elemento localmente referenciado que tivesse se mantido vivo nas memórias familiares nos 123 anos de imigração italiana naquela região. A Itália estava sim sendo reprocessada, resgatada. E esse resgate estava se dando de forma simbiótica, na qual os elementos que eram compreendidos como tradicionalmente italianos se mesclavam com hábitos e valores que traziam de seus universos familiares em terras brasileiras (2006, p. 13).

Em relação aos símbolos ou sinais diacríticos, Zanini os define como “características que um grupo étnico<sup>12</sup> escolhe para se diferenciar de outro”, não

---

<sup>12</sup> Consideramos *grupo étnico*, assim como o considera Zanini, a partir do olhar de Fredrik Barth (1997). Este autor não define de modo categórico o que é um grupo étnico, pois considera esta ação

importando sua veracidade ou autenticidade. O que realmente deve ser levado em conta, conforme a antropóloga, é a percepção “de como os descendentes de italianos, no contexto de um encontro interétnico, apropriam-se de determinados símbolos como seus e lhes atribuem valor e significação” (p.17).

Isso porque muitos dos elementos que identificam uma coletividade, um grupo étnico, são adotados por sujeitos que não os possuem, para poder pertencer e este grupo. Uma identidade própria é então construída a partir de traços imaginários de uma coletividade. No caso da italianidade, a referida autora a concebe como um imaginário e ressalta que esta “não deve ser compreendida num sentido genérico, mas como uma construção que se desenvolveu partindo de encontros particulares que conduziram a uma atribuição identitária específica e processual, acima de tudo” e dentro deste universo os sujeitos “manipulam, simultaneamente, muitas identidades sociais, em que a étnica, torna-se um ponto de referência para relações sociais e expectativas de comportamento em cenários específicos” (p.17).

Sendo a identidade étnica uma referência, seu universo abrange elementos tais como o vestuário, as danças, a comida, a religião, o trabalho e também a língua. Zanini afirma que o mundo camponês das comunidades italianas se pauta na tríade: trabalho, religião e família, tendendo esta a manter-se sem muitas alterações, apesar das mudanças de concepções que estes três conceitos vêm sofrendo na sociedade atual. Podemos considerar então, que as diferentes formas de conceber a italianidade são processuais, ou seja, correspondem às transformações por que passa a sociedade e, mais especificamente, as várias comunidades, dentre elas, a de descendentes de imigrantes italianos.

As mudanças políticas e sociais também interferem diretamente no modo como o sujeito se relaciona com sua cultura e com sua língua. No período do Estado Novo, por exemplo, a política de interdição dos traços identitários (sinais diacríticos)

---

generalizante e, ao mesmo tempo, reducionista. Barth problematiza a questão da etnicidade partindo de um ponto bastante significativo e que é determinante para sua compreensão – não para sua definição: a fronteira. É neste sentido, que para Barth um grupo étnico pode ser entendido como “uma forma de organização social”, sendo que nesta organização social “os atores utilizam as identidades étnicas para categorizar a si próprios e a outros, no propósito de uma interação” (p.193). É a partir dessa perspectiva que pensamos os grupos de imigrantes italianos e seus descendentes como grupos étnicos.

resultou num novo modo de significar a italianidade. O imaginário de nação una e homogênea da Era Vargas fez com que os sujeitos descendentes de imigrantes italianos adotassem uma postura diferenciada em relação a sua cultura e a sua língua. Mas, o sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1993) e a identificação com uma língua e com uma cultura comum, ainda funcionam como elementos que (re)significam a italianidade.

Dentre tais elementos, a língua funciona de modo diferenciado nesta (re)significação, na medida em que é pela prática, pelo funcionamento linguístico que o sujeito descendente (re)constitui suas memórias, a partir das memórias de seus antepassados, que vieram da distante Itália. Nesse sentido, a língua italiana, reconstituída e ressignificada como símbolo diacrítico também (re)constitui e (re)significa o sujeito descendente.

Em um processo de integração de povos e de culturas tem-se como resultado, conforme Zoppi-Fontana e Celada (2008), a configuração de novas relações de sociabilidade. E “estas relaciones afectan los procesos de identificación-subjetivación a partir de los cuales se constituyen los sujetos en su identidad lingüística y cultural dentro del espacio en juego”(p. 161). Com as novas relações de sociabilidade, o descendente de imigrante italiano teve sua identidade linguística e cultural afetada e, conseqüentemente, isso alterou o modo de este sujeito se relacionar com a(s) língua(s). É justamente esse modo de o sujeito se colocar diante e na língua que nos interessa pesquisar.

## **2. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INTERDIÇÃO E NACIONALISMO (LINGUÍSTICO)**

No capítulo anterior, apontamos alguns fatos relevantes da história da imigração no Brasil, com ênfase para as causas desse processo e para os acontecimentos que dele decorreram. Focalizamos, dentro deste panorama, a vinda dos imigrantes italianos ao nosso país, a chegada e a instalação nas colônias gaúchas e os desafios com os quais se depararam e os quais tiveram que superar. Após esse percurso histórico, detivemo-nos em alguns acontecimentos que determinaram a interdição linguística do italiano, nas décadas de 1930 e 1940, e as consequências dessa medida para seus falantes. A ação de coibir o uso da língua italiana entre os membros das colônias foi uma das causas do surgimento do estigma do colono, e essa forma de diferenciar, de marcar, de inferiorizar os sujeitos fez com que houvesse uma mudança na forma de eles se relacionarem com a língua materna<sup>13</sup>.

Neste capítulo, daremos atenção às políticas de nacionalização instauradas no período do Estado Novo para reprimir o uso das línguas de imigração e ao papel do Estado na implantação dessas medidas. As políticas linguísticas de interdição se relacionam de forma direta com o fortalecimento da unidade nacional, e por isso, com o nacionalismo.

Assim, precisamos referir o que é nacionalismo e qual sua origem, a partir de uma perspectiva historiográfica. Para tanto, faz-se necessária a retomada do(s) conceito(s) de nação e de Estado, já que não há como entender o nacionalismo

---

<sup>13</sup> No capítulo 3 esclarecemos que língua materna é essa a qual estamos referindo.

enquanto um fenômeno histórico desvinculado destes dois conceitos. Considerando a tríade Estado, nação, nacionalismo, queremos observar que lugar a língua ocupa dentro dela.

### **2.1. O Estado Novo e a nacionalização pelo apagamento da diferença (linguística)**

O período que vai de 1937 a 1945 corresponde ao chamado Estado Novo, período este marcado por grandes reformas econômicas, sociais e políticas, que propiciaram a nacionalização de empresas, indústrias e instituições. As mudanças também ocorreram no modo de governar, com centralização absoluta do poder nas mãos do presidente, a semelhança de um regime ditatorial.

Getúlio Vargas ascendeu ao poder por um golpe de Estado e com o apoio dos militares centralizou o poder, estabelecendo uma série de medidas para tornar o Brasil uma economia fortalecida. Suas ações visavam também e principalmente a defesa e a manutenção da unidade nacional.

Dentre outros elementos, a língua (portuguesa) ocupou lugar de destaque na construção da pretendida unidade, fato este que deslocou as demais línguas praticadas no país para o plano do indesejável, do extirpável. Conforme apresentamos no capítulo precedente, foram as línguas de imigração, principalmente o alemão, o italiano e o japonês, que mais sofreram sanções devido ao temor do governo brasileiro de que seus falantes pudessem disseminar a ideologia fascista entre as comunidades de imigrantes e descendentes, provocando assim, uma revolta ou até mesmo uma guerra civil. Ademais, durante a Segunda Guerra mundial o Brasil, sob o governo de Vargas, junta-se aos aliados para derrotar os países do eixo. Este acontecimento foi bastante representativo para um posicionamento de controle estatal em relação à prática das línguas de imigração.

Na visão do antropólogo Borges Pereira,

o governo Vargas aliou o nacionalismo estadonovista a uma política internacional derivada da Segunda Guerra Mundial para interferir, quase sempre de forma dramática, dolorosa, quando não violenta, nesse processo. Dentro dessa ofensiva político-ideológica, os imigrantes, entre os

quais estavam os italianos, antes considerados construtores da nação, passaram a ser vistos como “quistos”, tumores malignos a comprometer a saúde da nação. Como tais, deveriam ser extirpados (2006, p.12).

O imaginário de unidade do Estado, neste período, relaciona-se à defesa e à celebração de uma identidade homogênea, que por sua vez firma-se na existência de uma cultura e de uma língua comum. Em um modelo de Estado totalitário e nacionalista não há lugar para a diversidade, para a pluralidade. Ana Zandwais (2007) afirma que “a identidade nacional de um povo se efetiva pela destruição da diferença, do outro, que vem de outras terras, que traz outra cultura, e, que, enfim, possui outra relação de pertencimento histórico” (p.256).

Para apagar a diferença e preservar o Estado das ameaças externas, Getúlio Vargas adotou uma série de medidas protecionistas direcionadas às áreas da segurança, da comunicação e principalmente da educação.

Müller de Oliveira (2009), a respeito desse tema argumenta que

O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas *alóctones*, através do processo que ficou conhecido como “*nacionalização do ensino*” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão lingüística, através do conceito jurídico de “*crime idiomático*”, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão (p.22)

De acordo com as palavras de Müller de Oliveira, a nacionalização do ensino foi uma medida eficaz implantada pelo governo da época para “selar o destino das línguas de imigração no Brasil”. Foram realizadas reformas no setor educativo e criadas inúmeras leis para amparar os atos de coibição lingüística que já vinham acontecendo e que viriam a acontecer com maior intensidade e rigor entre os anos de 1943 e 1945.

Giralda Seyferth (1999,) esclarece que a maior preocupação dos imigrantes italianos, ao chegar às terras do sul do Brasil, era a aquisição de um lote de terra. Em segundo plano estava a construção de pequenas igrejas ou capitéis para os

momentos de oração e de encontros comunitários. E a terceira maior preocupação era a “luta pela italianidade” (p. 207), o que os levou a investir na organização comunitária “que incluía a escola italiana, inúmeras associações beneficentes e recreativas, a sociedade da capela, a imprensa em língua italiana, embasando uma formulação de identidade grupal associada à ‘nação italiana’” (ibidem), porém em território brasileiro, dentro da nação brasileira.

Este fato foi o que mais incomodou o governo do Estado Novo. Este passou a tratar a “nação italiana” como uma ameaça à unidade nacional, daí a necessidade de “extirpar” o mal, conforme as palavras de Borges Pereira.

Em outro artigo intitulado *Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil*, Seyferth (2002) estabelece algumas diferenças entre os processos de colonização ocorridos em São Paulo e nos estados do sul do Brasil – Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A autora afirma que para a maioria dos nacionalistas, o problema da assimilação da cultura e da língua nacional por parte dos imigrantes era menos grave nas colônias paulistas “dada a proximidade social entre os *alienígenas*<sup>14</sup> e os nacionais”. (p. 147).

*Alienígena* designava o diferente, o estrangeiro, o deslocado da nação brasileira, porque mantinha hábitos culturais distintos, trazidos de outras terras, e praticava uma língua que não coincidia com a nacional.

Na ótica de Seyferth

a imigração representou para o nacionalismo um duplo desafio, particularmente evidenciado no Estado Novo: manter a cultura e a língua como herança maior do colonizador luso promovendo a assimilação e definindo a nação, eventualmente, pela latinidade, num processo de “amalgamação racial” (ou  *fusão*) que devia resultar num povo unívoco e preferencialmente de  *cor* branca (2002,p.147).

O desafio do nacionalismo era, portanto, o de manter uma identidade brasileira ou a “brasilidade” (LESSER, 2001) pela conservação da língua e da cultura do colonizador português com a intersecção de alguns elementos da latinidade.

---

<sup>14</sup> Grifo nosso.

Os imigrantes europeus tinham como traço positivo a *cor* branca, característica desejada desde os tempos da República para que se efetivasse o “branqueamento da raça” (ibidem). No Brasil de herança escravista, a mestiçagem foi um fenômeno inevitável, e a solução para o “problema” que o próprio país gerou foi a incorporação de europeus na sociedade.

Segundo Lesser (2001)

a proposição eugênica de que uma única “raça nacional” era biologicamente possível fornecia um arcabouço ideológico conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e imigrantes às políticas que visavam promover o ingresso de imigrantes “desejáveis”, que viriam a “embranquecer” o país. As políticas influenciadas pela eugenia, a princípio, favoreceram a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos, como braços para a lavoura (p.20,21)

A partir das colocações de Seyferth e de Lesser, constatamos que a rejeição sofrida pelos imigrantes italianos durante o Estado Novo não se deu pela questão da “cor” – o que há décadas atrás designava etnia - mas por uma questão puramente cultural e linguística. A origem, bem como a etnia dos imigrantes, eram “desejáveis” para a construção da identidade nacional brasileira. Porém, os elementos língua e costumes deveriam ser “abrasileirados”, em prol da unidade nacional.

Sendo a língua (estrangeira) a nota dissonante na melodia do nacionalismo, deveria ser evitada, silenciada e substituída pela nota harmônica: a língua nacional. Disso resulta a Campanha de nacionalização do Ensino empreendida pelo Estado brasileiro, que não foi algo diferente que criação e implantação de uma série de sanções direcionadas às línguas estrangeiras – designação que figura nos decretos-leis, os quais transcreveremos a seguir para análise.

Neste ponto, a discussão nos encaminha para alguns questionamentos: o que entendemos por Estado, por nação e por nacionalismo? Qual o lugar ocupado pela língua – se é que ela ocupa algum lugar – na relação entre os três conceitos acima mencionados e qual seu lugar na constituição e mobilidade destes conceitos? O que as línguas de imigração, ditas “minoritárias” (MÜLLER DE OLIVEIRA, 2009), representam para o nacionalismo?

## 2.2. O nacionalismo e o lugar da língua

Nas longas discussões sobre nação e nacionalismo, embora partindo de perspectivas diversas e apontando fatos, circunstâncias e elementos diferentes sobre suas origens e causas, tanto Benedict Anderson (1993) como Eric Hobsbawm (2002) estão em comum acordo que é impossível precisar a data exata do nascimento destes dois fenômenos, enquanto dimensões objetivas, sendo por isso sua conceitualização uma tarefa árdua e arriscada. Apesar dessa ressalva, ambos os autores lançam hipóteses e traçam percursos históricos para a elaboração de definições aceitáveis e possíveis.

Hobsbawm, referindo-se à nação, aponta que “o sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII considerando-se ou não o variável período que o precedeu” (2002, p. 13). Esse variável período corresponderia ao tempo anterior ao evento da Revolução francesa, marco histórico do surgimento da nação moderna, conforme a visão do historiador.

A Revolução francesa, como acontecimento histórico, significou a queda do antigo regime monárquico e ascensão de um novo modelo de governo: o Estado moderno. Não que antes desse fato não houvesse Estado. O que houve com a revolução foi uma mudança radical na sua significação, devido às circunstâncias históricas e ao que esta representou para a sociedade da época. O Estado aristocrático passou a Estado-nação. A nação, por sua vez, de acordo com Hobsbawm (2002), está inserida em um período historicamente recente e somente pode ser considerada uma entidade social a partir da relação com certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação. Fora desta relação não há como discutir nação e nacionalidade.

Marxista assumido, Hobsbawm considera um equívoco tentar explicar a nação por critérios simplistas como a língua, a cultura, a etnia, o território comum, a história comum. As bases para o entendimento da nação devem ser investigadas no conjunto de acontecimentos e transformações ocorridos no século XVIII.

Mudanças na infra-estrutura (base econômica determinada pelo modo de produção) proporcionaram mudanças na superestrutura (modelo de governo, Estado

moderno). A nação moderna nasceu, assim, de uma nova ordem econômica derivada da Revolução francesa: o capitalismo.

Benedict Anderson, em **Comunidades Imaginadas** (1993), assume um posicionamento um pouco diferenciado para tratar do surgimento da idéia de nação. Ele aponta 3 eventos, de raízes históricas, como determinantes. Destacaremos dois deles. Primeiro, o declínio da dominação da religião católica, pelo declínio do latim como língua sagrada. A movimentação e a estruturação das línguas vernáculas durante vários séculos propiciaram um deslocamento de referência de fé e crença. O latim, considerado a língua da religião, a língua de Deus, foi gradativamente substituído pelos vernáculos, e em torno a estes se criou uma atmosfera de identificação entre seus falantes. Isso possibilitou o reconhecimento do outro, das comunidades que falavam outras línguas.

O sentimento de pertença a essa coletividade de língua compartilhada e ao mesmo tempo de língua não idêntica a de outras coletividades foi, para Anderson, um dos fenômenos propulsores do nacionalismo.

O segundo evento destacado pelo historiador é o fim dos regimes monárquicos e, como corolário, o fim da crença de que o rei era o representante de Deus na terra, sendo por isso o responsável por direcionar as ações e a crença do povo o qual governava. Com as mudanças na estrutura social, as comunidades passaram a organizar-se por outros critérios como a língua, a crença, a origem.

Além desses dois acontecimentos, Anderson (1993) destaca ainda, como origem da consciência nacional e do nacionalismo, o nascimento da imprensa no século XVIII, que significou a difusão e a afirmação das línguas vernáculas, mas, sobretudo, a consciência da existência do outro, enquanto comunidade com características e língua peculiar.

Também contribuíram para o desponte do nacionalismo os inúmeros processos de independência de territórios colonizados pelos europeus, com destaque para os povos americanos, que com a independência político-administrativa desenvolveram o sentimento de identificação com um lugar que enfim lhes pertencia.

Em **Nações e Nacionalismo desde 1780** (2002), Eric Hobsbawm indo ao encontro do que postula Benedict Anderson (1993), considera a nação “uma comunidade imaginada” (p. 63), cuja função é “preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas *reais*”<sup>15</sup>.

Anderson (ibidem), o autor do conceito de nação referido acima, justifica o adjetivo “imaginada” que acompanha o substantivo “comunidade”, pelo fato de que os membros de uma nação jamais conhecerão grande parte de seus compatriotas, mesmo assim imaginam que vivem em comunhão.

A nação também se imagina *limitada*, não por fronteiras territoriais, mas por fronteiras culturais e sociais; e *soberana*, porque nasceu em uma época em que a Revolução e o Iluminismo vinham destruindo a legitimidade do regime aristocrático divinamente ordenado (1993, p.25).

Finalmente, a nação é uma *comunidade* porque, independentemente, das condições de vida de cada indivíduo e de sua classe social, todos se sentem unidos por laços de pertença. A comunidade existe pela existência desses laços de irmandade e companheirismo imaginados.

A partir das reflexões dos referidos autores, entendemos o nacionalismo como o resultado da gênese da nação moderna. Não que não houvesse nacionalismo anterior à nação. O que havia, era um nacionalismo diferenciado, que se relacionava com as bases do regime aristocrático e com a vital soberania do império.

Ernest Gellner considera o nacionalismo

um movimento que concebe o natural objeto da lealdade humana como sendo uma unidade muito ampla, definida pela compartilhada linguagem ou cultura. É “anônimo”, no sentido de que seus membros não têm elos positivos entre si, e que as subdivisões, dentro da nação, não têm importância comparável a das mais amplas unidades (1981, p.53).

---

<sup>15</sup> Grifo do autor

A definição de Gellner para nacionalismo não dista muito da definição de nação de Anderson. Ambos estão em comum acordo que tanto a nação quanto o nacionalismo se sustentam no sentimento de lealdade humana e que este sentimento gera uma unidade com fronteiras fluidas, onde língua e cultura são compartilhadas.

Mesmo afirmando que uma nação não pode ser explicada por princípios simples como a língua, a cultura e a etnia, Hobsbawm (2002) admite também que não se pode excluí-los totalmente da definição, porque as nações atuais se justificam, se não totalmente, parcialmente por estes critérios. Para tratar da origem da nação, o historiador parte do materialismo histórico, apontando a Revolução francesa e a mudança de estrutura econômica e política como os mais importantes marcos.

O Estado-nação moderno pode ser concebido então, enquanto funcionamento articulado do corpo político – Estado – com o corpo social – nação. E nesta articulação o elemento língua desempenha um importante papel: o de legalizar, tornar legítima a voz do Estado (burocrático) e o de tornar os membros da nação iguais quanto aos direitos, porque a língua lhes dá acesso ao que consta nas leis.

Ainda com relação ao nacionalismo, Hobsbawm admite que foi no século XX, mais especificamente após o término da primeira Guerra mundial, que este atingiu sua expressão máxima, devido à queda de grandes impérios econômicos e a crise econômica que se alastrou por todos os continentes praticamente. Tais fatos levaram o Estado a se voltar para si mesmo na busca de soluções para fugir da depressão. Aqueles, porém, que não foram tão violentamente tocados pela crise, investiram em medidas internas de fortalecimento da economia.

No Brasil, o auge do nacionalismo se deu, conforme já mencionado, mais tardiamente, nas décadas de 1930 e 1940, com a Era Vargas. O presidente em exercício na época investiu em melhorias internas, através da nacionalização de empresas, do aprimoramento da legislação trabalhista e de reformas educacionais.

Com a economia fortalecida o Estado brasileiro, a fim de afirmar-se ainda mais e de evitar conflitos internos, começa a agir sobre as línguas estrangeiras

praticadas pelas comunidades de imigrantes vindos da Europa. O nacionalismo do Estado Novo se fundamentou, essencialmente, na unidade linguística, como medida de afirmação da “lealdade humana” e como meio de “compartilhar a linguagem”. No interior dessa unidade, a língua diferente e “ameaçadora” - porque simbolizava o conflito, a revolta, a guerra – violava o sentimento de solidariedade e de pertencimento à nação. Por isso, deveria ser proibida, silenciada.

No próximo tópico, apresentamos algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro para interditar as línguas de imigração. Nestes discursos de planejamento linguístico, queremos analisar que lugar a língua nacional ocupa no contexto do Estado Novo, qual o lugar das línguas de imigração neste mesmo contexto e quais as implicações destes posicionamentos para história das línguas de imigração no Brasil. Para tanto, dispomos de um corpus que se constitui de alguns decretos-leis implantados durante a nacionalização do ensino.

### **2.3. Medidas de controle linguístico: o que podem as leis?**

Antes de procedermos com a análise dos decretos leis, é importante acrescentar o que entendemos por políticas linguísticas, quem as cria e implanta e com qual finalidade são pensadas.

No livro **As políticas linguísticas** (2007), Louis-Jean Calvet, um pesquisador da área da sociolinguística, explica que uma política linguística tem como campo de intervenção uma situação de língua tal que depois de analisada é considerada não satisfatória; dessa condição de insatisfação resultam medidas práticas para se chegar à meta estabelecida. Tais medidas são designadas pelo pesquisador “planejamento linguístico” (p. 61).

O planejamento linguístico, segundo Calvet, pode ser um modo de controlar, pelo poder, o plurilinguismo. Nessa circunstância tem-se um exemplo de gestão “*in vitro*” (p.70), que é definida por um conjunto de ações pensadas e aplicadas por órgãos diferentes. Esse tipo de gestão envolve, *a priori*, um estudo detalhado da situação linguística que se pretende mudar, feito geralmente por linguistas e

pesquisadores. Em seguida, estes apontam soluções para o problema e as apresentam para os políticos, cuja função é colocá-las em prática.

Conforme Sturza (s/d), as políticas linguísticas são aquelas que “atuam de modo intervencionista no curso das representações e relações dos sujeitos com as línguas” (p. 2), sendo, na maioria das vezes, assimiladas pelo Estado. São por isso, políticas “enquanto ação e planejamento” (ibid.)

No Brasil, desde os tempos do império, o planejamento linguístico foi pensado como um modo de conter, de controlar e até de apagar a diversidade linguística. O Diretório das Índias, instituído pelo Marquês de Pombal, é um bom exemplo de ação intervencionista do Estado – nessa época, monárquico – para conter o avanço da língua geral (*nheengatu*) e impor a língua do império em todo o território brasileiro.

Müller de Oliveira (2000) pontua que “o Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima” (p.84), ocasionando, com isso, um verdadeiro “glotocídio”, isto é, o assassinato de centenas de línguas.

Em relação à campanha de nacionalização implantada durante o Estado Novo,

o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas. (MÜLLER DE OLIVEIRA, 2000, p. 88)

Vimos, então, como a política linguística é pensada e com qual finalidade é implantada. No caso do planejamento linguístico que fundamentou a nacionalização do ensino, Müller de Oliveira explicita, na citação anterior, o que dele decorreu no que tange ao funcionamento das línguas de imigração e a relação com seus falantes.

No artigo *O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)*, Eni Orlandi (2005) discute e problematiza os impactos das políticas de

línguas na Era Vargas para as línguas de imigração, a partir de alguns decretos-leis instaurados pelo presidente em exercício neste período. Mencionaremos três artigos do decreto-lei n. 406 de 1938 e quatro do decreto-lei n.1545 de 1939, com vistas a discutir e problematizar alguns pontos constantes neles. Tais decretos-leis foram resgatados do texto de Eni Orlandi, por não termos acesso a eles por outras fontes.

No decreto-lei n. 406 de maio de 1938, consta o seguinte:

**Art.85.** Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino de línguas vivas.

1. As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

2. Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

3. Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

**Art. 86.** Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

**Art. 87.** A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Considerando as proposições dos três artigos citados, podemos reconstruir o panorama linguístico do Brasil nas décadas de 1930 e 1940 sob as seguintes dicotomias: nacional x estrangeiro, interno x externo, permissão x proibição, bom x mau, língua nacional x línguas estrangeiras. Todos os primeiros pólos das dicotomias caracterizam aquilo que pertence e deve ser praticado em todo o território brasileiro. Já os segundos pólos de tais dicotomias são os que descaracterizam o Estado brasileiro, são os que devem ser controlados e evitados, embora pertençam a ele, pois afetam negativamente os hábitos, crenças, valores do povo brasileiro, tido como unidade e homogeneidade no tocante a estes aspectos.

Com o artigo 85 ficou decretado que todas as escolas rurais do país deveriam ter suas aulas ministradas em português, língua da nação brasileira. Isso porque era justamente nas zonas rurais que os imigrantes e seus descendentes estavam estabelecidos, e o modo mais efetivo de exercer o controle sobre suas ações e de torná-los “mais brasileiros” era pela imposição da língua portuguesa nos ambientes

de ensino. O fato de os alunos não conseguirem comunicar-se por meio dela ou de não a compreenderem era totalmente desconsiderado. Os livros e materiais eram todos escritos em português, a escola era coordenada por um brasileiro nato, os estudantes deviam aprender conteúdos que se referissem à geografia e à história do país.

Em síntese, os alunos das escolas rurais que não falavam português não tinham voz. Foi-lhes tolhido o direito a fala. Durante anos essa política de silenciamento linguístico perdurou no território brasileiro, sempre na tentativa de salvaguardar e garantir a unidade nacional. Porém, na esteira do pensamento de Eni Orlandi (1997), o silêncio imposto aos imigrantes italianos e seus descendentes jamais significou a morte da língua familiar, jamais foi sinônimo de não-dito. Foi sim, uma forma de controlar o dizer e de impedir que outro discurso fosse sustentado.

Nos três artigos citados, as línguas de imigração são designadas, num primeiro momento, por “idioma estrangeiro” e num segundo e terceiro momento por “língua(s) estrangeira(s)”. Essas designações não correspondem ao que atualmente conhecemos por línguas estrangeiras, que constam nos currículos escolares. O idioma ou língua estrangeira do decreto-lei refere uma língua que mesmo funcionando no espaço de enunciação brasileiro e mesmo sendo falada por centenas de pessoas não pode e não deve ser considerada uma língua de uso no território nacional.

As línguas estrangeiras que hoje compõem o currículo escolar, como por exemplo, o inglês, o espanhol, o francês, não tem seus lugares de circulação definidos por leis, embora elas sejam distribuídas desigualmente nos lugares do dizer pelo espaço de enunciação, nem são faladas exclusivamente por grupos ou comunidades, como foi o caso do alemão e do italiano.

Nos artigos do decreto-lei, o idioma estrangeiro significa a sua relação com o imigrante, que é estrangeiro, porque veio de outras terras, de outra nação. Este imigrante é “estranho” frente aos brasileiros natos, que falam a língua nacional, por isso a língua que eles falam também é “estrangeira”.

As medidas de cerceamento linguístico da Era Vargas modificaram a relação do sujeito descendente de italianos com a sua língua materna: o sentimento de

orgulho pela origem e pela língua que simbolizava a origem foi substituído pelo sentimento de vergonha, de medo, de constrangimento. Diante da proibição e violência física e simbólica sofridas, o silêncio se instaura como a única forma de resistência, como a única forma de evitar a “morte” da língua, embora o controle estatal desse conta de diminuir a transmissão desta para as gerações futuras.

O silêncio é também um mecanismo de protesto para estes sujeitos, pois torna sensível, evidente a falta de voz, a falta de espaço para o dizer. O silêncio é a materialização do conflito, é o político expressando-se pelo litígio (RANCIÈRE, 2007) que se sustenta no direito ao dizer, mas ao mesmo tempo o nega pela imposição dos modos de dizer.

Cláudia Sganzerla, em seu livro **A lei do Silêncio** (2001), discute os impactos da política estado-novista para as colônias alemãs de Guaporé e expressa que

a integração, como fator de unidade e independência nacional, justificou-se pela proposta de eliminar as diferenças étnicas que existissem na população brasileira e de criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura (...). Getúlio Vargas buscava, com sua política de nacionalização, a constituição de um Estado único, onde as diversidades regionais passassem a ser atores coadjuvantes, ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira (p. 41).

Eliminar as diferenças étnicas é uma ação que corresponde a privilegiar certo grupo étnico, compreendido como o “ideal”, como o “melhor” em detrimento de outro ou outros vistos como inferiores e, por isso, moldáveis. Nivelar ou igualar a diferença, neste caso, equivale a silenciar hábitos, crenças, rituais, modos de pensar e agir, mas principalmente, equivale a silenciar a língua de uma comunidade étnica.

As políticas linguísticas desta época funcionavam mediante várias faces: o estereótipo, a censura, a repressão, a violência simbólica e física em escala ascendente de impacto no funcionamento das línguas estrangeiras. Mesmo a forma mais sutil de controle linguístico, o estereótipo, surtia e ainda surte efeito imensurável. Isso é facilmente observado através do chiste e da sátira quando em alguma situação é referido o modo de falar dos descendentes de imigrantes italianos (PAYER, 2006).

Hoje ainda se perpetua, por meio da burla, o estereótipo do italiano “sem cultura”, do “colono rústico” que não sabe falar “corretamente” o português, que fala uma língua caracterizada pela mescla de brasileiro com expressões, léxico e estrutura do italiano. Permanecem também traços sonoros da língua italiana na pronúncia das palavras, o que reforça a visão preconceituosa que o “colono” italiano fala “errado”. Estas ressonâncias da língua interdita mostram que a intervenção do Estado por meio de leis proibitivas não apaga, nem extingue completamente uma língua. Esta resiste pelo funcionamento da memória da língua (PAYER, 2006) que age tentando anular a memória dos dizeres da interdição.

Considerando a interdição linguística sob o aspecto da resignificação, temos a transformação da língua materna – falares italianos, dialetos, línguas trazidos da Itália – para a língua de imigração, que consiste no abrasileiramento desses falares, produzindo uma espécie de língua geral, o *talian*.

A condenação da língua acaba por estigmatizar seu falante, que acaba sendo visto como diferente e, por isso, inabilitado para exercer uma função que uma pessoa “normal” exerceria. Isso é facilmente constatável nos decretos-leis citados anteriormente. Um “estrangeiro” não tinha os mesmos direitos que um cidadão da nação brasileira. Ou melhor, ele não tinha direitos. Tinha, contrariamente, muitos deveres: dever de não falar sua língua em lugares públicos, pois ela poderia contaminar a língua nacional brasileira, dever de não se expressar e nem de contestar a lei, dever de esconder, ocultar, “esquecer” suas tradições e cultura, dever de aprender a língua nacional e empregá-la tal qual um brasileiro nato, dever de honrar a Pátria, o presidente, a história, os habitantes da nação brasileira.

Para que esses deveres fossem cumpridos a rigor, existiam os órgãos de controle e censura muito bem representados pelos aparelhos do Estado. A escola se não foi o mais cruel destes mecanismos, foi, certamente, o mais eficaz. Ainda hoje é visível em escolas de regiões de imigração italiana e alemã o funcionamento de políticas de supervalorização da língua nacional e de controle em relação às línguas minoritárias, como acontece em regiões de colonização alemã e italiana, quando alunos que mantêm o acento da língua materna dos pais e dos avós são incentivados e, em determinadas circunstâncias, até forçados pela professora a mudar a pronúncia, porque este acento é considerado um erro.

Nas décadas de 1930 e 1940, todavia, a repressão era mais explícita. Mas, afinal, como as instituições de ensino primário e secundário aplicavam as leis criadas pelo Estado e como elas funcionavam? Rosemeire Faccina em seu artigo *Políticas lingüísticas e ensino de língua portuguesa – da República Velha à Constituição de 1934* (s/d), aponta a marginalização como método infalível para a exclusão social. Ela explica que

ser marginalizado pela escola significa ser marginalizado social e economicamente, já que os colégios, os liceus e os ginásios custavam caro. O cidadão que não soubesse dominar a língua padrão estava à margem de qualquer ascensão social. Lembremos que essa modalidade só era ensinada nas escolas... (s/p).

Os filhos de imigrantes italianos, na sua grande maioria, não sabiam falar português, mas quando iam para a escola deveriam aprendê-lo rapidamente eliminando ao máximo as marcas da língua familiar. As aulas eram dadas em português, mesmo que, por uma eventualidade, a professora fosse descendente de italianos.

A aprendizagem ficava, dessa forma, muito prejudicada, pela falta de diálogo entre aluno e professor, que falavam línguas diferentes. A isso, ainda se soma a questão do estereótipo: o descendente de italianos era considerado “ignorante” e “rústico”, pois não sabia falar português e, ainda, enfrentava muita dificuldade para aprendê-lo. Essa “incapacidade” o impedia de ocupar cargos importantes em órgãos estatais, de falar em público, de administrar uma empresa pública, de ser professor. O descendente de imigrantes estava, dessa forma, condenado ao exílio linguístico, condenado a permanecer nas zonas rurais, trabalhando com a terra, sem perturbar a ordem e sem manifestar revolta ou oposição ao que lhe era imposto. Mas, como poderia não ser assim, se ele não tinha direito à fala, se ele não sabia falar a língua da nação que lhe acolhera?

Para a melhor compreensão das questões que nos propomos a discutir neste capítulo, citaremos mais quatro artigos do decreto-lei n. 1545<sup>16</sup>, de 25 de agosto de 1939.

**Art. 1** – Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigadas, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

**Art. 11** – Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os cargos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

**Art. 15** – É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

**Art. 16** – Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

No primeiro artigo do decreto-lei, destacamos dois aspectos de grande relevância para o entendimento de como nacionalismo leva a atitudes de intolerância à diversidade e de desrespeito às múltiplas identidades que constituem a “comunidade imaginada” (nação). Tais aspectos são: a obrigatoriedade de os órgãos públicos federais, estaduais e municipais fazerem cumprir as leis e a formação de uma consciência comum. Por estes termos, fica explícita a falta de liberdade para abrandar o peso da lei. Não havia como desrespeitá-la, haja vista sua obrigatoriedade. Quem não contribuísse para a formação de uma consciência comum, seria punido, pois a lei tinha de ser cumprida. Mas como seria possível a construção de uma consciência comum em um país tão imenso e tão heterogêneo como o Brasil?

As pessoas não precisavam pensar, mas obedecer. Pensar gera contradição, contradição gera discordância, discordância gera atitude contrária. E esta deveria

---

<sup>16</sup> Assim como os artigos do decreto-lei n. 406 de maio de 1938 foram retirados do texto *O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)*, de Eni Orlandi (2005), os quatro artigos do decreto-lei n. 1545, de agosto de 1939, também o foram pelo mesmo motivo especificado na página 45 deste trabalho.

ser evitada ou reprimida. A proibição da língua inibe a capacidade de reflexão<sup>17</sup>, resultando em uma consciência comum, meta do governo Vargas.

O controle da língua, nesta situação, é também um mecanismo de controle do próprio grupo que a fala. Toda atitude autoritária tenta se impor como verdade única e inquestionável. O sentido, assim, é canalizado, direcionado para que funcione “mascarado” pela lei. Qualquer atitude oposta a este sentido deve ser tratada como “deformação do ser”. Assim fez Getúlio Vargas com suas imposições: o sentido devia ser único, bem como a consciência.

Os demais decretos-leis vêm a reforçar a idéia de que o imigrante, o estrangeiro é inferior, por isso não pode ocupar determinadas posições reservadas, por direito, aos mais capacitados: os brasileiros natos. Também não é permitido o uso das línguas ditas “estrangeiras” em locais públicos, em cerimônias religiosas, em resumo, em locais onde um ou mais brasileiros se fazem presentes.

É importante acrescentar, que apesar de todas as intervenções estatais, da interdição, do estigmatização, do preconceito e do estereotipo, as línguas da imigração sobrevivem. Isso, porque o controle estatal não conseguiu atingir com eficácia o ambiente familiar. Nele, a língua italiana fluía (quase) livremente nas conversas, nas discussões, nas manifestações de carinho, na rememoração das histórias passadas, nas comemorações, nos encontros de família, nos diálogos com amigos e vizinhos. Estes são lugares de resistência, lugares de poder dizer em italiano, distribuídos pelo espaço de enunciação.

A partir das considerações feitas neste capítulo, entendemos a campanha de nacionalização como um marco de mudança na forma do sujeito descendente de imigrantes italianos se relacionar com a língua familiar e com a língua nacional.

---

<sup>17</sup> Neste ponto, vamos ao encontro do pensamento de Eduardo Guimarães, para quem a língua é histórica e funciona pela rememoração do já dito.

### 3. SUJEITOS DIVIDIDOS PELO DIZER E SIGNIFICADOS PELO ENUNCIAR

Neste capítulo, discutiremos algumas questões relativas à enunciação partindo de autores como E. Benveniste, M. Foucault e E. Guimarães. No conjunto de elementos que participam da enunciação estão o sujeito e a temporalidade e o que dela resulta: o enunciado. Trataremos também destes três aspectos, pela leitura dos mencionados estudiosos, avançando posteriormente ao encontro de reflexões sobre o espaço de enunciação e sobre a fronteira linguística

Essa retomada de aspectos concernentes ao que participa e ao que resulta da enunciação importa, na medida em que esclarece de qual lugar teórico partimos para a realização das análises (no capítulo seguinte).

Entendemos que os sentidos são produzidos pelo funcionamento da língua no acontecimento da enunciação e que o sujeito do dizer está afetado por esta língua e, portanto, por estes sentidos. É indispensável, desta maneira, pontuar com quais noções de sujeito, de tempo e de enunciado operamos e em que medida elas estão imbricadas na circunstância da enunciação.

Desde já inscrevemos nossa posição teórica na **Semântica do Acontecimento** (2002), de Eduardo Guimarães, porém, julgamos indispensável referir a posição de teóricos como Foucault e Benveniste em relação à enunciação, já que é de suas teorias que Guimarães parte para (re)formular seus conceitos.

#### 3.1. Quem fala na língua? Quem significa no enunciado? E em que tempo se fala?

O título desta seção nos leva, de antemão, a pensar que não trataremos de uma única “voz” e de um único plano na língua. *A priori*, trabalhamos com uma divisão em dois planos, o do dizer e o do enunciar, sendo cada um destes planos constituído por uma “voz” ou por um sujeito, que não se identifica de forma alguma com sujeito empírico, aquele da instância do real.

O filósofo M. Foucault, em sua obra **A Arqueologia do Saber** (1972), faz uma série de considerações sobre a “função” sujeito. Mas, antes de elaborar qualquer definição sobre esta função, propõe algumas perguntas tais como: quem produz um enunciado é um indivíduo, um sujeito empírico? Ou uma voz que fala por ele no momento da enunciação? Ou um personagem construído, inventado, como é o caso da voz que aparece em romances, poemas, textos literários em geral?

A resposta a estas perguntas não vem de forma categórica, o que é uma característica do filósofo, que se preocupa mais em apontar o que não identifica a função sujeito do que defini-la propriamente.

Foucault (1972) usa vários exemplos de escritos literários para comparar o papel do autor e o papel do sujeito nestas formulações. O autor seria aquele ser real que escreve ou formula algo com o sistema de signos que dispõe. Longe disso está o sujeito que não coincide nem com o autor nem com aquela categoria gramatical posicionada no interior da frase. No enunciado, o sujeito é uma “função determinada”, mas que pode variar de um enunciado para outro por ser também uma função “vazia”, não de significado, mas no sentido de permitir ser ocupada por indivíduos diferentes quando da produção de um enunciado. Ou, “na medida ainda que um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (1972, p. 117).

O sujeito poderia ser compreendido, nesta perspectiva, como uma figura linguística, cuja existência se dá no enunciado e somente no enunciado, por seu caráter de função vazia. Pensar o sujeito desta forma é categorizá-lo como uma “voz” habilitada a assumir diferentes pontos de vista em enunciados diferentes. Neste sentido, um enunciado produzido por um descendente de imigrantes italianos

(sujeito empírico), teria como sujeito (do enunciado) uma voz que apenas conduz o dizer. Essa voz não tem características definidas porque é uma função vazia.

Essa definição nos colocaria em uma situação incômoda, se a aplicássemos na realização das análises, posto que nela não está inserida a historicidade enquanto elemento de constituição do sujeito. Isso implica considerar o enunciador apenas como uma função linguística (vazia) e não como uma figura afetada pela história (de dizeres).

E. Benveniste, linguista estruturalista, trata da questão do sujeito da enunciação em vários artigos das obras **Problemas de Lingüística Geral I e II**.

No capítulo *Da subjetividade da linguagem* (2005), que faz parte do **PLG I**, Benveniste aponta o locutor como a origem do dizer, ou ainda, como a condição de subjetividade, na medida em que instaura o sujeito na língua no momento da enunciação. Para este teórico “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no discurso” (ibid. p. 286). Estas duas instâncias que se colocam na língua não coincidem com sujeito empírico. O locutor é tido por Benveniste como um “parâmetro” das condições de enunciação (1989, p. 83), o que o torna figura essencial de seu acontecimento. Ele é, em outras palavras e conforme está dito no *O aparelho formal da enunciação* (1989), quem se apropria do aparelho formal da língua e o torna discurso, pelo seu funcionamento, estabelecendo com isso o sujeito da enunciação manifesto pelo *ego*.

Sendo duas as instâncias de apresentação da língua, uma meramente formal e outra de uso dessas estruturas formais – a enunciação – locutor e sujeito ocupam lugares definidos em tais instâncias, porém, com funções definidas: o locutor é a condição de existência do sujeito, pois funciona como a origem do dizer. Realizada a apropriação da língua (forma), pelo locutor, o sujeito passa a existir na língua (enunciação) como *eu*.

A posição de Benveniste em relação aos dois planos do dizer e em relação à “voz” que fala em cada um destes planos nos permite pensar que quando um descendente de imigrantes italianos fala, não é ele, indivíduo real que o faz, mas um locutor que se apropria da língua e a coloca em funcionamento. Este é, pois, o primeiro plano – o das formas. Realizada a ação de apropriação, o *eu* que aparece

no enunciado já não é mais o locutor e sim o enunciador. Este é, então, o plano discursivo e é neste plano que os sentidos são construídos. Porém, Benveniste, assim como Foucault, trata o enunciador como uma figura puramente linguística e, por isso, desprovida de historicidade.

A presença do *ego* (sujeito) na língua “propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Com essa consideração, instaura-se a intersubjetividade, a qual “aparece como uma categoria constitutiva do diálogo” (BRAIT, 2006, p. 41) definido pelo autor como uma realidade humana.

Benveniste pontua que é uma ilusão imaginar que o homem nasceu desprovido de linguagem e aos poucos foi desenvolvendo-a, conforme a necessidade de comunicação, em um intercâmbio linguístico no qual um aprendia novas palavras e estruturas linguísticas e as testava com seus companheiros que também faziam o mesmo. Para ele, o homem não pode ser pensado sem a linguagem, sem a capacidade de enunciar, pois a própria definição de homem é construída pela língua (2005).

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem (ibid., p. 285).

Logo, não existe a possibilidade de emprego da língua sem interlocutores. Consequentemente, não há enunciação sem interlocução. É por esse viés que o teórico explica que o momento de apropriação da língua pelo locutor é também o momento de participação do *outro* na enunciação, mesmo que esse outro seja o próprio locutor exercendo dois papéis na situação de um monólogo.

Um bom exemplo disso são as conversas realizadas por nós com nós mesmos. Sempre que usamos a língua, mesmo que não haja um interlocutor concreto para nos dar as respostas, imaginamos que existe alguém dialogando ou assumimos os dois papéis na locução. Há um *eu* falando com um *tu*, mesmo que

esse *tu* seja uma outra face do *eu*. Benveniste não toca, em seus textos, na questão da intencionalidade, mas, ela aparece como algo implícito à ação de fazer a língua funcionar no diálogo, já que quando o locutor enuncia, enuncia para alguém que poderá ou não lhe dar um retorno. A Intenção não se confunde, nesse momento, com o sentido, como na ótica da Pragmática. Ela apenas está presente no ato de enunciar, como instância que fundamenta o caráter discursivo da língua. Dizemos algo com a intenção de sermos ouvidos por outro sujeito.

Essa característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo da enunciação*. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação (1989, p.87).

Benveniste assenta, assim, o fundamento da enunciação na relação dialógica ou intersubjetiva, deslocando a produção de sentidos para o interior desta relação. Considerar a produção de sentidos desta forma, também nos colocaria numa situação desconfortável, na medida em que afasta o sujeito de sua historicidade.

Estabelecido o quadro figurativo da enunciação, outra questão bastante pertinente se coloca neste campo de discussões: em que tempo tais figuras falam (tempo cronológico?), de que lugar falam e o que falam é sempre algo novo em função do tempo?

**NA Arqueologia do Saber** (1972), M. Foucault não trata, especificamente, da temporalidade do enunciar. Mas, no capítulo II *A função enunciativa*, percebemos que ele atribui à dimensão temporal do dizer um caráter cronológico, que tem o presente como centro de referência. Por este motivo, o tempo da enunciação é irrepitível e, como corolário, o dizer também é irrepitível. Foucault explica que um “enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento” (ibid. p. 112) porque guarda com o sujeito uma relação singular, que se efetiva em um momento singular. O mesmo enunciado pode ser proferido novamente, exatamente com as mesmas palavras e pelo mesmo indivíduo, porém, o tempo da enunciação já não será o mesmo e, portanto, o enunciado será outro.

Essa forma de ver o enunciado e o momento da enunciação abre caminho para a discussão da relação do enunciado com outros enunciados que fazem parte da cadeia do dizer.

No tópico *A função enunciativa* (1972), do referido livro, o filósofo discorre a respeito dos domínios aos quais o enunciado se associa para que possa ser visto como tal. Tais domínios não são da ordem do referencial, da correlação, mas da ordem da associação. Um enunciado não aparece simplesmente do nada, como se estivesse isolado de outros que foram formulados anteriormente, haja vista seu caráter remissivo e relacional. “Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (p.122). Estas não são, porém, idênticas ao contexto. Fala-se neste caso não da situação de produção – real ou imaginada - de um enunciado, que é algo completamente diferente, mas da relação entre enunciados. O campo de associações ao qual se inscreve é “constituído também pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere, seja para repeti-las, modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar delas” (p.123). Desse modo, o enunciado se definiria também pelo seu caráter relacional, e o sentido seria produzido por essa relação entre enunciados que foram ditos no passado (cronológico). Assim,

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: integra-se sempre em um jogo enunciativo, em que tem sua parte, por ligeira e ínfima que seja (1972, p.124).

E. Benveniste dedica parte do artigo *O aparelho formal da enunciação*, que consta no **PLG II** (1989), para discutir a categoria tempo na enunciação.

Para este linguista, o tempo da enunciação não é idêntico ao tempo cronológico, que regula a sucessão dos acontecimentos no mundo real. Isso porque quem fala na enunciação não é o indivíduo, ser empírico, e sim o locutor, figura responsável por instaurar a subjetividade quando do aparecimento do *eu* no enunciado.

O fato de se empregar as formas da língua semantizando-as, precisamente, pelo seu emprego, acaba por instaurar a temporalidade da enunciação. Quando o sujeito diz *eu* e enuncia, posiciona-se no tempo *presente*. Instaurando o presente, ele instaura a temporalidade, fazendo da enunciação “cada vez única, contendo e refletindo o emprego das formas” (BRAIT, 2006, p. 44).

Conforme Benveniste (*ibidem*),

da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria de tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo... O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentido de uma continuidade que denominamos “tempo”. (p.85, 86).

Pela ótica benvenistiana, percebemos que a categoria tempo está determinada relativamente ao momento em que o locutor faz a língua funcionar na enunciação.

Essa forma de conceber o tempo confere à enunciação o caráter de irrepitibilidade. Este se deve ao fato de os participantes do “quadro figurativo” serem sempre sujeitos diferentes. A cada vez que um *eu* se apropria da língua, fazendo-a funcionar e um *tu* recebe o enunciado e por sua vez a põe para funcionar em resposta ao que lhe foi dito, tem-se um enunciado diferente, posto que os agentes envolvidos na ação de enunciar são sempre outros, por mais que se repita várias vezes aquilo que já foi dito. Os sujeitos da interlocução “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo” (*ibid.*, p.85).

Em **Semântica do Acontecimento** (2002), Eduardo Guimarães posiciona-se de maneira diferenciada em relação a Benveniste para tratar da categoria tempo. Ele explica que a temporalidade do acontecimento da enunciação “não coincide com o tempo do *ego* que diz *eu*” (p. 14), pois este tempo é o da origem do dizer, quando o locutor se apropria da língua e enuncia.

Guimarães discorda da posição benvenistiana quanto ao tempo da enunciação, porque sua visão de locutor e de sujeito é também dissonante. O locutor é, no acontecimento, uma figura dividida, que fala, mas fala enquanto sujeito. Em outras palavras, o locutor diz, porém, quem significa o dito é sua outra face, o sujeito. Este, não é um ser virtual ou uma criação do locutor. É pois, a voz que enuncia “de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa” (p.14).

O tempo da enunciação não é o tempo do locutor, quando se coloca como *eu* e enuncia, já que este tempo é apenas uma representação do instante em que se deu a enunciação. O tempo do acontecimento enunciativo é inacessível ao locutor.

Esta tomada de posição teórica dá um sentido bem específico e forte à consideração de que o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem o futuro como uma latência de futuro (p. 14).

O acontecimento da enunciação é o fato que temporaliza, de acordo com Guimarães, pois é nele que o sujeito fala afetado pela memória discursiva – entendida a partir de Orlandi (2005) como o lugar do já dito, como a memória daquilo que já significou e que a cada enunciação retorna como algo novo porque é também constituída pelo esquecimento. O tempo não é, desse modo, uma dimensão empírica, mas uma memória de sentidos que o sujeito faz funcionar quando enuncia.

Se para Benveniste e Foucault a enunciação é tida como irrepitível como “o lugar do sempre novo”, em função de o sujeito se localizar em uma dimensão temporal empírica, para Guimarães a enunciação é a rememoração de dizeres que ocupam um lugar na memória discursiva. Os sentidos, porém, podem ser outros dadas as condições sócio-históricas que constituem o sujeito do enunciado.

Assim consideraremos o enunciado como uma unidade discursiva. Nesta medida o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala (2008, p.73).

A partir dessa consideração, o enunciado não pode ser pensado como algo isolado, único, singular. Ele deve a sua existência à existência de outros enunciados que formam com ele uma totalidade – o interdiscurso. Por isso, seu caráter fundamentalmente relacional. É impossível imaginar o enunciado fora de sua relação com outros de mesma natureza e fora de sua relação com o sujeito que o produz.

### 3.2. A enunciação, o enunciado e os lugares de significação da língua

Nesta seção, colocaremos em diálogo os três autores já mencionados na tentativa de encontrarmos uma definição para enunciação e para enunciado.

NA **Arqueologia do Saber** (1972), direcionamos nosso olhar às três primeiras partes do terceiro capítulo intitulado *O enunciado e o arquivo*, pois é este o espaço destinado a problematização da natureza do enunciado. Embora Foucault se preste muito mais a discutir o que não é o enunciado, em alguns momentos ele se presta a dizer algo mais pontual sobre ele.

No tópico *Definir o enunciado*, o filósofo inicia suas reflexões com uma série de interrogações, dentre as quais destacamos uma: o enunciado seria uma unidade de mesma natureza àquela que “os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou, ainda à que os ‘analistas’ tentaram demarcar sob o título *speech act*?” (1972, p.101). A resposta vem de forma cautelosa, com muitas ressalvas e análises minuciosas de diversos exemplos e com o cuidado de não fazer colocações definitivas.

A primeira vista, pontua o autor, o enunciado apareceria como um elemento que se relaciona com outros e forma um todo, um conjunto, porém, este elemento não pode ser isolado, separado do corpo que é parte, para, assim, ser estudado, analisado, decomposto. O enunciado é “como um átomo do discurso” (idem, p. 100), cuja possibilidade de visualizá-lo em sua total intimidade é praticamente nula. Disso advém a problemática de como estudá-lo, por quais aspectos começar a análise de sua composição.

Foucault começa pelo ponto que dá existência ao próprio enunciado: a língua, mas com a advertência de que esta depende do enunciado para existir, ou

seja, um constitui o outro num jogo de relações díspares que confere existência a ambos. “Pois é evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e por suas regras de utilização”. Os signos que formam o conjunto de elementos de uma língua “são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior”. Consequentemente, “se não houvesse enunciados, a língua não existiria” (1972, p.106). Mas, afinal, qual é a diferença real entre língua e enunciado? Como caracterizar o conjunto de relações dos elementos que os constituem e como estabelecer diferenças entre os elementos de cada nível e entre seus jogos de relações? Foucault não responde precisamente estas questões. Apenas pondera que o enunciado

não existe do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema lingüístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer dados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma certa materialidade e que se possa situá-lo segundo coordenadas espaço-temporais) (idem, p. 108).

Para definir o modo de existência dos enunciados, bem como suas especificidades, é preciso, segundo Foucault, abandonar a idéia de que eles são uma unidade. Eles são, em última instância, “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p. 109). E é justamente esta função que o teórico se dedica a descrever no tópico seguinte *A função enunciativa*.

Quatro são os pontos que Foucault considera no estudo da função enunciativa. São eles: o correlato – que não é sinônimo de referente - do enunciado e como este se coloca no domínio de uma definição; a relação entre o enunciado e o sujeito que enuncia; a qual domínio está associada a função enunciativa - ela aparece isolada ou funciona dentro de um universo maior? - e a materialidade do enunciado, isto é, como ele acontece e o que lhe garante existência, para que possa ser reconhecido como tal.

Quanto à primeira propriedade definitória do enunciado, Foucault explica que ao contrário de um substantivo ou de uma frase que se caracterizam pela

possibilidade da recorrência, o enunciado jamais poderá se repetir. “E a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização”. Isso porque se trata de uma “relação singular: e se nessas condições uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos substantivos - é, em suma, a mesma frase, mas não é forçosamente o mesmo enunciado” (1972, p. 112).

Para explicar como se configura a “singularidade” da relação entre o enunciado e o que ele enuncia, Foucault descarta de imediato o referente, posto que ele nem sempre existe no “mundo real” para que possamos afirmar que uma função enunciativa tem como correspondente algo com existência concreta. Um bom exemplo disso é o enunciado “Havia muito distante daqui um lugar chamado Pandora”. Não há como provar que exista um lugar no mundo chamado “Pandora”, por isso, a “coisa” ou o “objeto” ao qual se refere um enunciado não pode ser obrigatoriamente algo real. Nem pode um enunciado, como é visível no exemplo, ter o comprometimento com a verdade.

Mas, então, como entender a relação entre a função enunciativa e o que ela designa? Foucault aborda a questão do “correlato” do enunciado, apontando, primeiramente, o que ele não é – sinônimo de referente. Em seguida, expressa que ele pode ser definido como

um conjunto de domínios em que os objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas: será, por exemplo, um domínio de objetos materiais que possuem um certo número de propriedades físicas constatáveis, relações de grandeza perceptível, - ou, ao contrário, será um domínio de objetos fictícios, dotados de propriedades arbitrárias (mesmo que elas tenham um certa constância e uma certa coerência), sem instância de verificação experimental ou perceptivas; será um domínio de localizações espaciais e geográficas, com coordenadas, distâncias, relações de vizinhança ou de inclusão – ou, ao contrário, um domínio de pertences simbólicos e de parentescos secretos; será um domínio de objetos que existem no mesmo instante e na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado, ou será um domínio de objetos que pertence a um presente inteiramente diferente – o que é indicado e construído pelo próprio enunciado, e não aquele a que o enunciado também pertence (1972, p. 114).

O correlato seria um conjunto de domínios cuja existência se dá no enunciado e não fora dele, como é o caso do referente. O fato de empregar a língua,

enquanto forma, conjunto de signos, e disso resultar o enunciado, permite que nele existam coisas e fatos que não necessariamente existem no mundo real.

A segunda e a terceira propriedades do enunciado já foram apresentadas e discutidas quando colocamos em contraponto visões diferenciadas – de Foucault, Benveniste e Guimarães – a respeito de como entender o sujeito e a temporalidade da enunciação.

O último aspecto considerado por Foucault em sua discussão sobre o que define o enunciado é relativo a sua materialidade. Chegando a essa questão, faz-se necessário compreender qual é a identidade da função enunciativa e como ela se constrói, mas também é preciso estabelecer as devidas diferenças entre o que é enunciado e o que enunciação. Para o filósofo, “há enunciação cada vez que um conjunto de signos é emitido”. E ainda, “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (idem, p. 127). Já, o enunciado dotado de uma materialidade - seja ela constituída por letras, por signos fônicos ou simplesmente por uma marca registrada na memória – pode, em determinadas circunstâncias, ser repetido. Eis que surge uma pergunta: quais seriam tais circunstâncias?

Seriam aquelas em que uma informação já dada é retransmitida de outra forma, por meio de outras palavras, de outra formulação, mais simples ou mais complexa. Também nos casos em que uma mesma formulação é traduzida ao mesmo tempo para várias línguas. Estes dois casos revelam a constância do enunciado, característica que não pode ser atribuída à enunciação, pois ela é singular, irrepitível, a pesar de produzir enunciados correspondentes. Foucault afirma que uma das propriedades da enunciação centra-se na possibilidade de ser “*recomeçada*” ou “*re-evocada*”, enquanto que o enunciado “tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas” (1972, p. 131).

No texto artigo *O aparelho formal da enunciação*, que consta em **Problemas de Lingüística Geral II** (1989), Émile Benveniste se dedica, mais detalhadamente, a discutir e a definir o que é a enunciação, embora o faça em outros momentos desta mesma obra e no livro **Problemas de Lingüística Geral I** (2005), porém de forma

rápida, apenas tocando na questão e fazendo algumas considerações iniciais sobre ela.

Inicialmente, o autor propõe a distinção entre o uso “das formas da língua” e o uso da “língua” propriamente. A primeira resume-se ao emprego de “uma diversidade de estruturas linguísticas”, as quais não se resumem “a um pequeno número de modelos” de uso (1989, p. 82), mas que podem ser analisadas ou discutidas “por meio de uma técnica comprovada”. Nesse sentido, podemos entender as formas da língua como os signos linguísticos dos quais dispomos para falar. O funcionamento desses signos obedece a regras internas, cujo aprendizado e manejo ocorrem segundo a observância de modelos já existentes.

O uso da língua, na ótica de Benveniste, é “coisa bem diferente. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (idem, p. 82). Por este motivo, tal fenômeno pode confundir-se facilmente com a própria língua.

Com essa ressalva, o autor, logo em seguida, define a “enunciação” como o ato individual de “colocar a língua em funcionamento”. Porém, a ação de por a língua para funcionar pode ser confundida com o simples ato de falar algo. Para esclarecer essa questão, ele explica que

é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam essa relação (1989, p. 82).

Assim, a enunciação não coincide com o resultado, com aquilo que é produzido quando o sujeito dispõe da língua e a põe para funcionar. Ela não deriva do eixo das relações intersubjetivas, mas, configura-se como o próprio processo. É o movimento vivo da língua e de seus sujeitos, que flui incessantemente nas situações concretas de comunicação (BRAIT, 2006). O fato de o locutor apropriar-se da língua, fazendo-a funcionar, é a enunciação de fato. O desenrolar desse processo, converte, então, a língua, entendida como o conjunto das formas, ou dos *signos*,

como queria Saussure, em discurso, em sentido. Os dois níveis, língua e fala, tão bem delimitados pelo linguista genebrino, aparecem em Benveniste trabalhando de modo solidário: o semiótico, que é uma propriedade da língua, é o que de materialmente tangível o locutor usa para produzir sentido, ou seja, para significar.

Eduardo Guimarães, em *Enunciação e História* (2008), apresenta uma definição de enunciado que diverge da proposta por Foucault e por Benveniste. De antemão, ele descarta a noção saussuriana de sistema de signos e a consideração foucaultiana de que a frase, o sintagma, a proposição são constituídos pelo enunciado. Segundo Guimarães, “é preciso ir além e mostrar que os signos, eles próprios, são constituídos pelos enunciados” (p.75), porque estes não surgem do nada ou de uma situação particular, mas se “definem por sua historicidade (social)”. E é por essa historicidade que os signos ganham existência. Se eles não fizessem parte do enunciado, se eles não se materializassem no momento (histórico) da enunciação, eles jamais existiriam. Portanto,

a historicidade do enunciado, então, é a condição necessária e suficiente da constituição dos signos e por conseguinte da língua. Nesta perspectiva, os signos têm relações entre si em vista das relações dos enunciados que os constituem e modificam. Ou seja, o signo não tem sua definição por relação aos signos de um sistema de que é parte (2008, p.76).

Se o enunciado é a condição de existência dos signos, e estes, por sua vez, dão materialidade à língua, é correto deduzir que ela é constituída por enunciados sócio-historicamente determinados. É graças a tal característica do enunciado que ele não pode ser sempre novo, irrepetível, pois pertence a um universo histórico e social, em que é apenas um elemento integrante, mantendo com os demais uma relação de semelhança. O enunciado “só é novo enquanto acontecimento no tempo” (ibid., p. 78), tempo este, é importante insistir, cronológico e não histórico, como entende Foucault.

Com base em todas essas considerações, definimos enunciação conforme as palavras de Eduardo Guimarães, para quem é tida como

o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo a enunciação não é um ato individual do “sujeito”, não sendo também

“irrepetível”. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo. E isto pode levar a criação de um novo enunciado e mesmo de um novo signo (2008, p. 78, 79).

### 3.3. O espaço de enunciação e a fronteira linguística

O caminho que percorremos até este momento teve o propósito de localizar nossa posição teórica em relação à tomada de conceitos que mobilizaremos quando da realização da análise. Colocamo-nos, portanto, no lugar de um pesquisador filiado à Semântica da enunciação, instituída por Eduardo Guimarães, que parte de Foucault e Benveniste, dentre outros estudiosos, para fundamentar sua teoria.

É a partir desse viés teórico que entendemos que o sujeito da enunciação fala de um lugar histórico determinado pelo interdiscurso - ou memória discursiva (ORLANDI, 2005) – produzindo, com isso, (novos) sentidos pela atualização do já dito. Esse sujeito, além de dizer e de significar afetado pelo interdiscurso, também é constituído pelo espaço de enunciação.

De acordo com Guimarães (2002), o espaço de enunciação é um lugar de disputa pelo dizer, regulado pelo funcionamento das línguas que o compõem e pelo que elas representam para o corpo social (*status*). Este terreno de disputas deve ser entendido enquanto lugar político<sup>18</sup> de afirmação do direito igualitário à palavra, desigualmente dividido pela diferença de prestígio que as línguas em disputa apresentam. Além desse embate externo de línguas, o espaço de enunciação também se caracteriza pela divisão interna das línguas, que distribui desigualmente (politicamente) o direito ao dizer e os modos de dizer de seus falantes.

Exemplificando, o espaço de enunciação brasileiro é constituído pelo funcionamento de várias línguas, dentre elas, as indígenas, as de imigração, as das regiões fronteiriças e a língua nacional, “que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Ao

---

<sup>18</sup> Tomamos a noção de político da **Semântica do Acontecimento** (GUIMARÃES, 2002). Nela, o político compreende um lugar de contradição, regulado por uma divisão do real, a qual se sustenta na afirmação de pertencimentos dos excluídos. “Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (p. 16)”. Esse conflito se estende ao universo da língua, que por sua vez, é também uma prática política, no sentido de que os falantes estão divididos pelo direito ao dizer e pelos modos de dizer.

mesmo tempo, o espaço de enunciação é determinado pela disputa interna das variedades de uma língua, por exemplo, a nacional, que ocupam lugares políticos diferenciados.

Nesse sentido, pensamos que o sujeito descendente de imigrantes italianos está afetado por um espaço de enunciação em que o português, língua nacional e oficial, e o italiano (as variedades, os dialetos) se relacionam, porém com divisões políticas distintas. Esse embate entre línguas que o espaço de enunciação institui se materializa no dizer do sujeito descendente por meio da divisão que ele faz dos lugares do dizer.

Este sujeito constituído pela relação entre as línguas que fala e por uma memória de dizeres, ao falar *sobre*<sup>19</sup> essas línguas dispõe cada uma delas de acordo ao seu lugar de funcionamento. Mostraremos essa divisão política dos lugares do dizer em duas sequências enunciativas selecionadas dos textos das entrevistas com descendentes de imigrantes italianos.

Mas, quando consideramos enunciados de sujeitos que predicam *sobre* as línguas que falam, distribuindo-as politicamente, devemos considerar também – especificamente neste caso – que eles estão falando *na(s)* língua(s), na medida em que seu dizer se apresenta na forma de uma mistura dessas duas línguas. A língua que predomina na fala destes sujeitos é a portuguesa – daí o político se manifestando – porém, com interferências claras da língua italiana tanto no nível fonético, como no lexical e no morfossintático. A partir dessa constatação, entendemos que o dizer do sujeito descendente é constituído pelo cruzamento de línguas, fazendo-o significar-se afetado por esta fronteira linguística.

Para observar o funcionamento da fronteira linguística no dizer de sujeitos descendentes de italianos, precisamos, antes disso, posicionar-nos acerca do que entendemos por fronteira.

Leandro Mendes Rocha (2003) tece uma definição de fronteira que privilegia a integração, a troca de elementos, valores, bens saberes, o que vai além da visão de fronteira geopolítica. O autor a compreende como

---

<sup>19</sup> No capítulo 4 expomos o que entendemos por falar *sobre*.

o *locus* onde se encontram culturas diferentes, economias diferentes, populações diferentes, enfim, onde ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas nas vidas das populações envolvidas como grupos sociais, classes e etnias. As fronteiras são vistas em seu dinamismo, onde interagem de forma dialética os diversos atores envolvidos, tanto do ponto de vista sociocultural, como do político e econômico (p. 96).

Na perspectiva de Mendes Rocha, a fronteira não significa limite, cisão. Na contramão dessa idéia, a fronteira é o lugar de encontro de pessoas, de culturas, de políticas, de economias, de costumes, de línguas.

Mas, no caso da fronteira geopolítica, seu funcionamento serve muito mais a separação de territórios, de Estados, e por isso de tudo o que os integra, embora o espaço que ela representa seja também um espaço de integração.

Conforme Sturza (2006), a “fronteira é antes de tudo um lugar de encontro definido por sentidos que, em um primeiro momento, parecem paradoxais: lugar de integração e transgressão” (p.56). Assim sendo, a fronteira se representa como o espaço do litígio, que por sua vez, se instaura na língua de quem vive na fronteira.

No caso específico de nossa pesquisa, não estamos tratando de sujeitos que vivem em uma região caracterizada pela presença de uma fronteira geopolítica. O único espaço marcado pela fronteira é o dizer; o que nos leva a considerar tal fronteira como linguística. Buscamos, assim, atentar para o funcionamento desta fronteira e para os sentidos que se podem depreender desse funcionamento, considerando a relação entre as línguas que a constituem e a distribuição que o sujeito faz destas línguas.

Nas sequências enunciativas que seguem, observaremos isso:

S.E. 1. Sim, sempre, a família sempre *parlava* alguma coisa *in taliano*.

S.E. 2. É na aula, só, só. *Non* houve insino, *non* tinha... a gente, entre os colegas falava italiano tamém, era muito tamém. *Ma* na aula, ansim, com o professor era, era sempre portugueis, né

Pelos exemplos acima, consideramos a fronteira linguística como essa passagem de uma língua para outra no plano do dizer e não do enunciar, sem que haja, com isso, rompimento na cadeia do sentido. Mesmo estando no nível das formas, ela significa o sujeito pelo seu atravessamento, por ele estar afetado pelas línguas que estão materializadas no dizer.

Nos dois enunciados, os sujeitos distribuem as línguas, italiana e portuguesa, de acordo com os lugares políticos do dizer. O *taliano* era falado no ambiente familiar e entre colegas de escola. O *portuguesis*, no entanto, era usado na escola para as conversas com o professor.

Aplicando as categorias de locutor e de sujeito, que Guimarães (2002) apresenta, vemos que na sequência 1, o locutor está dizendo que em família *sempre* se falava alguma coisa em italiano. O sujeito, figura política e afetada pelo interdiscurso, está significando o meio familiar como um lugar possível para a prática da língua materna. E para se referir a este espaço onde possuía o direito de falar italiano, o locutor fala na própria língua *parlava in taliano*, mostrando-se afetado por ela e pelo espaço de enunciação que divide de modo desigual as línguas.

Na sequência 2, o locutor diz que na sala de aula a língua empregada era o português e, mais que isso, *só, só e sempre* o português. Já entre colegas se falava em italiano, mas fora do espaço da sala de aula e longe da presença da professora. O dizer do locutor mostra, pois, um sujeito que se coloca entre essas duas línguas determinando em quais lugares cada uma delas deve funcionar: na escola, a língua nacional, nos círculos de amigos, a língua materna. Vemos nessa distribuição desigual o funcionamento do político.

Perece-nos sobremaneira importante pontuar, neste momento, o que consideramos a língua materna deste sujeito. Vamos ao encontro do que diz Maria Onice Payer (2009), para quem tal língua se constitui,

para o sujeito migrante, em sua estrutura, de um certo modo independente de um sistema lingüístico específico, com base em elementos de mais de uma língua (o português e o italiano, simultaneamente, e com transformações em ambos...). Ou seja, a língua materna dos imigrantes é formada por mais de uma língua (p. 50)

A língua materna do sujeito entrevistado – assim com a dos demais sujeitos que participaram das entrevistas – não é, portanto, uma língua italiana homogênea, a qual foi trazida da Itália pelos imigrantes e permaneceu inalterável durante o passar dos anos. Contrariamente, é uma língua mista, constituída pelo cruzamento de inúmeros dialetos italianos com interferências do português. A língua materna referida neste trabalho é o *talian*,<sup>20</sup> e quando usamos as designações língua italiana, língua familiar ou, simplesmente, italiano, estamos remetendo a ele (ao *talian*).

O enunciador, na sequência acima, se coloca na condição de afetado por uma memória de dizeres da interdição, do período do Estado Novo. A escola, como aparelho do Estado, é o lugar da repressão, da proibição e o sujeito significa isso no enunciado. Se na escola, *com o professor, era sempre português* (que se falava), não havia aceitação de outra língua. Não aceitar é, nessa situação, proibir, interditar.

Com este gesto de análise queremos mostrar que a fronteira linguística não coincide com a fronteira enunciativa, que será abordada no próximo capítulo. Embora as duas signifiquem a relação do sujeito descendente com o italiano e com o português, a primeira se estabelece no nível do dizer e a segunda no do enunciar, ou seja, uma se instaura quando o sujeito fala *sobre* a língua - mistura de línguas - e a outra quando o sujeito diz *na(s)* língua(s), o lugar que cada uma delas deve funcionar – sujeito constituído pela memória discursiva, memória da língua e pelo espaço de enunciação.

---

<sup>20</sup> Ver na página 24 deste texto a definição de *talian*.

#### 4. DISCURSIVIDADES NA E SOBRE A LÍNGUA DE SUJEITOS DESCENDENTE DE IMIGRANTES ITALIANOS

Partimos de uma perspectiva enunciativa em diálogo com algumas noções da Análise do Discurso, de vertente pêchetiana para realizar o trabalho de análise de sequências enunciativas pertencentes a um conjunto de dizeres recortados de entrevistas com descendentes de imigrantes italianos. Buscamos com isso mobilizar alguns conceitos importantes tais como, *memória discursiva*<sup>21</sup> e *memória da língua*, para entrarmos na questão central de nosso trabalho: a possibilidade de que ao enunciar, o sujeito descendente de imigrantes italianos institui uma fronteira enunciativa, que se marca pelo deslocamento linguístico, do italiano para o português e vice-versa, na medida em que este sujeito remete aos lugares em que estas línguas podem e devem funcionar e que constituem suas práticas linguísticas. Nossa hipótese é de que essa fronteira é constitutiva do dizer do sujeito descendente, em certos momentos, e o significa em seu atravessamento, em sua divisão. É neste sentido que o sujeito se constitui por um espaço de enunciação onde funcionam pelo menos as duas línguas mencionadas anteriormente.

A fronteira enunciativa, em nossa ótica, não se identificaria com aquela determinada por línguas em contato ou por gramáticas em contato, mas se estabeleceria no movimento de uma língua para outra na enunciação de sujeitos descendentes de imigrantes italianos de acordo com os lugares do dizer que o espaço de enunciação determina. Os deslocamentos linguísticos que estabelecem a fronteira são, assim, de tênue oscilação e, por isso, de difícil apreensão. Sendo o

---

<sup>21</sup> Em momento posterior, trataremos de pontuar qual conceito de memória discursiva e de memória da língua vamos utilizar.

sujeito descendente de imigrantes italianos historicamente constituído, dizemos que ele existe dentro da fronteira, ou seja, ele se significa neste espaço de transição de línguas.

Os enunciados que compõem o corpus para análise são produzidos por descendentes de imigrantes italianos, cuja língua primeira, adquirida no seio familiar, foi o italiano. O aprendizado do português, língua nacional, deu-se posteriormente, no caso dos sujeitos de segunda geração – 80 e 90 anos<sup>22</sup> – e concomitantemente, no caso dos sujeitos de terceira geração – 50, 60 e 70 anos, conforme informação dada pelos próprios entrevistados.

Interessa-nos ainda analisar como o sujeito que enuncia distribui o uso da língua portuguesa e o da língua italiana, obedecendo a uma hierarquização que posiciona politicamente cada uma delas. Pelo ato de enunciar em uma língua – a portuguesa - atravessada por outra – a italiana, que décadas anteriores foi condenada ao silenciamento – o sujeito faz significar seu lugar entre línguas.

As sequências enunciativas são tomadas enquanto discursividades *na* e *sobre* a língua, pois seus dizeres em língua portuguesa aparecem entrecruzados pela língua interdita (o italiano) quando o sujeito fala, enuncia *sobre* ela. A língua silenciada retorna como um sinal diacrítico (ZANINI, 2006) da italianidade, e o faz, ressignificando e (re)constituindo a identidade do sujeito descendente de imigrantes italianos.

Consideramos o dizer *sobre* a língua um procedimento analítico (GUIMARÃES, 2006, p. 131) pelo qual o sujeito atribui sentidos aquilo que diz. Dizer *sobre* é predicar, todavia, não dentro dos limites do funcionamento sintático, mas no plano discursivo, onde podemos considerar locutor e enunciator categorias diferenciadas, sendo o último constituído historicamente e, portanto, figura que significa o dizer.

---

<sup>22</sup> A relação da idade com a correspondente geração pode variar de acordo com a data de chegada dos imigrantes à região da Quarta Colônia. Por este motivo, o que foi fornecido não é um dado fixo, mas apenas um modo de orientação na linha do tempo.

Predicar sobre a língua é, neste sentido, mais que defini-la, que caracterizá-la. É produzir novos sentidos em relação a ela, a partir das condições sócio-históricas do dizer.

Para Guimarães (2006, p. 131), uma relação predicativa “é aquela que se dá no interior de uma sentença ou enunciado”, podendo ocorrer de diversos modos, o que a faz significar em cada circunstância de modo diferente. Predicar é, então, falar *sobre* em circunstância determinada e colocando em relação sujeito e enunciado, resultando em produção de sentidos.

Mario Bunge, em seu **Tratado de filosofía. Semántica I: Sentido y Referencia** (2008, p. 39) define o predicado como uma função proposicional “que relaciona individuos con enunciados”, definição esta que vai ao encontro da elaborada por Guimarães, com a ressalva de que aquele trabalha com a categoria “individuo” (ser empírico) e este com a categoria “enunciador”.

Nas sequências enunciativas, com o procedimento analítico da predicação, buscamos analisar como se dá o funcionamento da memória da língua, da memória discursiva e da fronteira enunciativa e quais sentidos derivam de tal funcionamento.

O dizer *na* e *sobre* a língua italiana - e também portuguesa - produz sentidos pela mobilização da memória discursiva e da memória da língua e assim significa o sujeito em seu atravessamento linguístico. O sujeito da enunciação, neste caso, ao mesmo tempo em que predica algo *sobre* as línguas diz algo *nas* línguas, evidenciando com isso a posição hierárquica que cada uma delas ocupa no espaço de enunciação do qual participa como falante bem como os sentidos políticos que são depreendidos de seus usos.

Em última instância pretendemos analisar como a fronteira enunciativa, instituída e manifesta na predicação, marca um lugar de litígio, um lugar de disputa pelo dizer e, assim, significa o sujeito do dizer entre duas línguas.

#### **4.1. A constituição do plano metodológico**

Antes de procedermos com o trabalho analítico, pensamos ser pertinente traçar o percurso metodológico que seguimos desde a realização das entrevistas até

a seleção das sequências enunciativas. Ainda, algumas informações a respeito dos sujeitos entrevistados são de importância capital para a compreensão das questões discutidas na análise.

Primeiramente, delimitamos o espaço para a realização das entrevistas: uma comunidade do interior do município de Ivorá, o qual pertence à Quarta Colônia de Imigração Italiana, nomeada Linha Cinco. Após isso, buscamos entrevistar descendentes de imigrantes italianos da faixa etária de 80 anos e logo da faixa etária de 50 e 60 anos, pois tais sujeitos vivenciaram de forma intensa a interdição linguística no período do Estado Novo.

Foram na totalidade cinco entrevistados, sendo três deles de idade aproximada a 80 anos, um de 54 anos e o outro de 63 anos. A todos os participantes das entrevistas foram direcionadas basicamente as mesmas perguntas. Porém, dada a resistência e o temor de falar sobre um passado de disciplina e restrições, muitas vezes precisamos dialogar sobre assuntos diversos para deixar o entrevistado mais à vontade.

Usamos a entrevista semi-estruturada como mecanismo de registro do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Este tipo de entrevista, segundo Triviños (1987), parte de questionamentos básicos dirigidos ao entrevistado, que podem variar no decorrer da entrevista, conforme as respostas obtidas. Esse método de registrar o dizer do entrevistado é vantajoso, segundo o referido autor, porque dá ao entrevistador liberdade de modificar as perguntas ou de fazer questionamentos que não foram previstos.

As questões dirigidas aos sujeitos entrevistados foram relativas à relação deles com a língua italiana e portuguesa na infância e juventude. Eles relataram acontecimentos da época em que frequentaram a escola, falaram do papel da professora para o aprendizado da língua portuguesa e de como a língua italiana – dialetos – se manteve em uso nas interlocuções familiares, entre amigos e vizinhos. Tais são, basicamente, as perguntas direcionadas aos entrevistados:

1) Descreva, resumidamente, como era a relação aluno/professor no tempo que o(a) Senhor(a) foi estudante.

2) Que língua era falada no ambiente da sala de aula?

3) O(a) Senhor(a) falava italiano na escola? Se falasse, como a professora reagia?

4) E em casa, qual língua era falada?

5) Alguma vez, o(a) Senhor(a) foi repreendido quando falou italiano? Se falasse italiano em sala de aula, o que acontecia?

6) E seus pais e irmãos falavam italiano ou português (ou as duas línguas) nas conversas familiares? Seus pais sabiam falar português?

7) E hoje, o (a) Senhor(a) fala italiano? Onde? Em que situação? Com quem?

8) O(a) Senhor(a) acha importante ensinar italiano para as os filhos e netos?

9) O(a) Senhor(a) ensinou italiano a seus filhos?

É relevante destacar que os entrevistados da faixa etária de 80 anos manifestaram maior resistência para comentar sobre a postura do professor diante de alunos que falavam apenas italiano na escola. Também destacaram com ênfase que a função docente era muito bem exercida e que gostavam bastante do professor.

Já os entrevistados da faixa etária de 50 e 60 anos detalharam com precisão situações de constrangimento e repreensão que sofreram por falarem italiano, quando da época de estudantes. A imagem que guardam estes sujeitos da professora é de alguém que tinha a função de doutrinar, de ensinar o certo e o errado, de ensinar a falar corretamente (a língua portuguesa).

Realizadas as entrevistas, recortamos delas trechos em que os entrevistados falam, de modo geral, *sobre* a língua italiana e *sobre* a língua portuguesa, ou seja, segmentos de enunciados onde dizem algo a respeito de sua relação com estas duas línguas. São estes enunciados que constituem, portanto, o corpus de nossa pesquisa.

As várias textualidades resultantes das entrevistas compõem o discurso *na* e *sobre* a língua. Isso nos permite trabalhar com o plano da materialidade discursiva e não apenas com o da materialidade linguística. Para se chegar ao nível do discurso é necessário, porém, partir do linguístico, pois é neste que encontramos o locutor e

seus dizeres, que significarão no plano discursivo a partir do ponto de vista do enunciador (GUIMARÃES, 2002).

A análise dos enunciados selecionados será dividida em dois momentos: no primeiro, pelo procedimento da predicação, atentaremos para as situações em que o locutor *podia* dizer em língua italiana e em quais ele *devia* dizer em língua portuguesa. Ainda, quais sentidos são atribuídos pelo sujeito da enunciação para a prática do italiano e para a prática do português. A predicação é determinada pelo que o sujeito diz *sobre* as línguas, e isso conforme uma distribuição desigual, que o espaço de enunciação institui, quanto aos direitos de dizer em uma e outra língua.

No segundo momento, analisaremos o funcionamento da memória discursiva, da memória da língua e da fronteira enunciativa em dizeres *sobre* (predicação) e *na* língua. Não nos interessa apontar ou enumerar os traços fonéticos, as expressões e vocábulos da língua italiana (dialetos) que fazem parte da fala dos entrevistados. Tais aspectos interessam apenas na medida em que significam algo no plano discursivo.

#### 4.2. Memória discursiva e Memória da língua

A mobilização de conceitos como memória discursiva e memória da língua nos exige a passagem para o terreno da Análise de Discurso de linha francesa, pois é nele que encontramos tais definições.

No texto intitulado **O papel da Memória** (1999), em linhas gerais, Michel Pêcheux explica como se dá o funcionamento da memória e como ela pode ser entendida. Para ele,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (p. 56).

A memória é, nesta colocação, o espaço do sempre móvel, do inatingível em sua totalidade. É um lugar de deslocamentos, de constantes (re)arranjos,

determinados pelo seu funcionamento, que nunca cessa. Está sempre se constituindo e se (re)definindo e nunca pode ser apreendida em sua totalidade. O conteúdo que nela habita não pode ser tomado enquanto sentido homogêneo é, então, heterogêneo, já que está afetado pelo histórico e pelo social.

Pelo funcionamento da memória (discursiva), o dizer é sempre repetível, na medida em que dela deriva para tornar-se dizer. Já os sentidos produzidos por esse dizer são, contrariamente, sempre outros, sempre novos, dada a condição histórica da enunciação e a mobilidade do plano discursivo. Temos assim, uma memória constituída de duas faces: uma constante, repetível que se manifesta na materialidade linguística e outra movente, em constante construção, a qual se manifesta no plano do discurso.

Eni Orlandi em **Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos** (2005), na linha de pensamento de Pêcheux, entende o dizer como a ação de rememorar discursos. Tudo o que um sujeito enuncia pertence a um universo maior, que nada mais é que o conjunto dos dizeres, o interdiscurso, a memória discursiva. É neste sentido que ela acrescenta: “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’” (p.32). Se as palavras significam pela história e pela língua, por a língua para funcionar é além de rememorar dizeres, rememorar a história e os sentidos que dela fazem parte. A dimensão do histórico no discurso é, por sua vez, também bipartida, porque ao mesmo tempo em que traz consigo sentidos já instituídos, possibilita, pelo ato de enunciar, a produção de novos sentidos. O histórico do discurso se materializa na conjunção entre passado e presente do dizer.

Além da noção de memória discursiva, trazemos outra nomeada por Maria Onice Payer (2006) como memória da língua. Esta ocuparia, na visão da autora, um lugar dentro da memória discursiva, sendo, porém, configurada por lembranças da língua, unicamente. No caso específico dos descendentes de imigrantes italianos que tiveram a língua familiar interdita (o italiano), a memória da língua compreende o conjunto dos dizeres *na* língua, que retornam quando o sujeito enuncia em português.

A memória da língua é também um espaço fluido e sem limites definidos por seu caráter histórico. Se a língua em sua forma sofre mudanças, a memória desta língua igualmente se reorganiza. E se o discurso, que é a língua em funcionamento, é histórico, pelos motivos que já explicamos, o conjunto que abrange a prática de uma língua, também o será.

No artigo **A língua como lugar de memória** (s/d), Payer define a memória da língua como o retorno e/ou a presença da língua interdita, silenciada pela língua nacional e de uso do sujeito. Conforme a autora, “a língua apagada na história deixa seu vestígio na memória, como marca mesma do que foi apagado”. No entanto, estas marcas não são facilmente reconhecíveis, pois “funcionam sub-repticiamente, sob a forma do esquecimento. É no esquecimento do silenciamento da língua dos antepassados que estes processos se instalam na relação sujeito/língua” (Ibid.).

E é pela força desta relação que o esquecimento da língua não se concretiza. E se ela existe, é porque há um sujeito que a faz funcionar. Guimarães (2008) afirma que só há língua porque há sujeito e só há sujeito porque há língua. Nesse sentido, uma língua jamais será apagada, silenciada, esquecida pelo sujeito que a praticou e com ela aprendeu a ler o mundo e a dar sentido às coisas e aos fatos. Os vestígios da língua silenciada em algum momento aparecem, e ganham “voz” de diversas formas, seja através de traços fonéticos, de palavras, de expressões, de piada ou até mesmo de riso ou de silêncio. Na língua, tudo significa e tudo é memória, mesmo que esta memória seja marcada pelo esquecimento (ORLANDI, 2005).

Maria Onice Payer em **Memória da Língua, Imigração e Nacionalidade** (2006), entende que a campanha de nacionalização do Estado Novo atuou de forma a direcionar os dizeres, silenciando a memória dos discursos contrários a unidade linguística. Ela aponta que as diferentes perspectivas de nacionalização foram sustentadas na fusão ambígua de sentidos, porque sua enunciação – das perspectivas de nacionalização -

funciona ambigualmente, operando como se barrasse a diversidade, o heterogêneo do que constitui a população brasileira com suas várias línguas e memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história. Colocando-se no centro dos lugares, o Estado

produz a partir unicamente de si como nação, uma lógica narrativa que vai aparecer como auto-evidente, transparente, sustentando uma memória discursiva específica junto a sociedade, e difundindo-a na ordem da escritura. Um misto de necessidade de autodefesa do Estado, face ao contexto internacional e de uso retórico dessa necessidade resulta em um nacionalismo escoteiro, de teor dogmático, que apaga de modo quase inequívoco as memórias discursivas circundantes, dentre elas as dos imigrantes com suas línguas (p. 97/98)

Desta colocação de Payer, entendemos que o Estado silencia – e não apaga – aquelas vozes contrárias ou simplesmente, distintas, da voz da nação. Se a voz da nação ecoava em língua portuguesa, as outras vozes em outras línguas fluíam com tom ameaçador, daí sua interdição, seu silenciamento.

O que nos sugere Orlandi (1997) como silêncio (linguístico) não coincide com ausência de memória – nem discursiva e nem linguística – ou com ausência de posicionamento frente ao fato. O silêncio na língua funciona não como aquilo que não foi dito, não como o espaço vazio de sentidos no discurso dos imigrantes e seus descendentes. O silêncio é, contrariamente, um lugar repleto de sentidos que existe como defesa pacífica à repressão.

Silenciar a palavra na língua condenada e com isso silenciar a própria língua é uma atitude desesperada do falante para salvaguardá-la. Não se nega, não se protesta na língua, apenas se evita sua prática.

Para Orlandi (1997, p. 105), “o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”. O outro discurso, no caso do descendente, é o discurso *na* língua, que lhe permite atribuir sentidos aos acontecimentos do mundo e entender-se enquanto sujeito descendente.

Uma última ressalva antes do procedimento analítico: optamos por trabalhar com sequências enunciativas recortadas de entrevistas orais, porque é na oralidade que o sujeito deixa fluir com maior naturalidade a língua interditada. Conforme Payer (2006), durante a campanha de nacionalização, o Estado brasileiro atuou de forma dogmática por meio da instituição escola na moldagem da escrita na língua nacional. Produziu-se, com isso, “na história, e por ela no sujeito, uma cisão entre as ordens do enunciável por escrito na escola e do oral como margem do dizer, enquanto lugar de alojamento do que restou não enunciável naquela primeira instância” (p. 149). A

enunciação oral possibilita, por sua manifestação mais espontânea e menos controlada (pelas instituições que representam o Estado) tanto o fluir da memória discursiva quanto o da memória da língua interditada.

#### 4.3. A distribuição das línguas no discurso *sobre a língua*

As sequências enunciativas que seguem foram recortadas dos textos das entrevistas. No anexo 1 consta a transcrição de cada uma delas não exatamente na íntegra, pois para iniciarmos o diálogo sobre as questões pertinentes à pesquisa, foi necessário um longo tempo de conversa sobre outros assuntos, que julgamos apenas como introdutórios no procedimento da entrevista. Transcrevemos então, as partes mais relevantes das entrevistas, as quais compõem enunciados em que os sujeitos falam *sobre a língua* e *sobre sua relação com ela*.

O primeiro segmento enunciativo selecionado é<sup>23</sup>:

S.E. 1. Sim, as vez em quando falava uma palavra in italiano e *a professora repreendia...* uma primera vez que eu falei *ela me repreendeu e me dexó sem recreio...* porque falei in talian. Tem que *fala certo non fala errado*. Voceis ton *falando errado*, ela disse.<sup>24</sup>

Dividimos a sequência em três partes para facilitar a análise:

S.E.1.1. Sim, as vez em quando falava uma palavra *in italiano e a professora repreendia...*

<sup>23</sup> As perguntas feitas ao sujeito entrevistado foram, basicamente: qual língua era falada na escola? Você falava italiano neste local?

<sup>24</sup> O enunciado é de um sujeito descendente de imigrantes italianos de terceira geração, sexo masculino, 55 anos, residente na comunidade da Linha Cinco, município de Ivorá. Frequentou a escola até a quarta série do ensino fundamental, sabe ler e escrever em português e apenas falar em italiano, mas já com algumas dificuldades e lapsos devido à falta de prática, conforme ele mesmo comenta.

Nesta sequência, *in italiano* está predicado por *a professora repreendia*. O que o locutor diz *sobre* falar italiano é que tal prática sofria repressão, dentro do ambiente escolar. O marcador temporal *as veiz em quando* modaliza o *falava in italiano*, indicando que esta prática não era habitual na escola, mas sempre que ocorria, a consequência imediata era a censura. Este marcador temporal tem valor de *quando*, de *no momento em que*, indicando que o ato de repreender acontecia sempre que uma palavra fosse dita em italiano.

Uma ação ou atitude somente é repreendida/reprimida porque vai *contra a* uma ordem estabelecida por alguém ou por algum órgão. A ordem estabelecida a qual falar italiano desobedecia, era justamente não falar italiano, mas falar a língua nacional.

Quem repreendia era a professora, membro da instituição escola, neste caso uma representante do Estado brasileiro, defensora de seus interesses, por isso estava investida de autoridade para determinar qual língua *devia* e *podia* ser falada no ambiente escolar e qual língua *não devia* e *não podia* ser falada neste local.

O verbo *reprendia* remete a memória da repressão pelo falar *in talian*. Em sua enunciação, o sujeito determina o não lugar de dizer em italiano e o lugar autorizado a dizer em português.

Nesse sentido, a relação do sujeito com a língua italiana se marca pelo político, pelo conflito: o sujeito afetado pela língua não a podia usar diante da presença da professora.

S.E.1.2. Uma primera veiz que eu falei *ela me repreendeu e me dexó sem recreio...* porque falei in talian.

Falar italiano – *eu falei* – no enunciado acima, predicado novamente por *ela me repreendeu* e por *(ela) me dexó sem recreio*, está determinado pelo segmento *uma primeira veiz*. Este marcador temporal indica a regulação sofrida por este sujeito, pois *uma primeira* significa que não havia, por parte do professor, tolerância alguma para a “heresia” de falar italiano. A atitude da professora confere a esta ação

a dimensão de infração, de delito, por isso o castigo como forma de controle, de correção e de prevenção a novos casos ou casos de reincidência.

O verbo *falei* não vem acompanhado daquilo que foi falado. O locutor silencia o motivo da penalidade sofrida, criando um efeito de expectativa no interlocutor, e após dizer qual foi a pena recebida (*sem recreio*), explica claramente a causa: *porque falei in talian*. Neste dizer, ele fala na língua – *in talian* – o que lhe motivou a ficar sem recreio – falar *in talian* - significando um modo de resistência do enunciador a interdição sofrida no âmbito escolar.

O verbo *me dexó* (*sem recreio*) predica autoridade, da qual estava investida a professora para julgar e punir seus alunos, no espaço da sala de aula. Ela (a professora) desempenhava a função de fazer cumprir as determinações do Estado brasileiro, na instituição escola, sendo uma dessas determinações a de não falar “idiomas estrangeiros” (designação que consta nos decretos-leis).

Um aluno somente fica sem recreio quando comete algum tipo de transgressão, então, falar *in talian*, era na época, a partir do ponto de vista do enunciador, uma ação transgressora. Novamente, a escola aparece como espaço de circulação exclusiva da língua nacional, estabelecendo que o funcionamento linguístico é regulado pelo espaço de enunciação, onde os sujeitos se significam “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

S.E. 1.3. Tem que <i>fala certo non fala errado</i> . Voceis ton <i>falando errado</i> , ela disse.
---

*Fala errado*, na sequência, remete a falar *in talian* ou falar italiano. *Errado* determina a prática linguística do sujeito, neste caso um descendente de italiano. *Errar* ao dizer algo não significa, neste enunciado, baixo domínio da gramática da língua portuguesa ou da forma culta da língua. *Fala errado* é *falar italiano*, e esta prática se relaciona, para o sujeito, à negação da sua língua materna. A obrigatoriedade de “ter de” falar na língua da escola é a expressão de também ter de

negar sua língua familiar. Dever que compete ao sujeito de não apenas *fala certo*, mas também de não *fala errado*.

Se *fala italiano é errado*, e na sala de aula se deve *fala certo*, o funcionamento da predicação neste enunciado produz sentidos também relacionados à obrigatoriedade de falar a língua nacional. As dicotomias as quais propomos a partir dos decretos leis, analisados no capítulo dois deste trabalho, (re)aparecem no dizer do locutor quando ele predica, ou seja, faz significar *sobre o que é falar italiano* e *sobre o que é falar português*, nestas condições sócio-históricas. A dicotomia certo x errado remete à estigmatização linguística. O sujeito, neste enunciado, está significando, pelo *fala errado*, o estigma do colono, que não sabe falar português, porque fala outra língua.

A escola, funcionando como um espaço de legitimação do poder do Estado podia e devia ditar o certo e o errado para a comunidade estudantil das zonas de imigração, a quem não era concedido o direito à negação da ordem dada – *tem que fala certo*.

S.E.2. Tudo português. Por causa que *é aqui no Brasil*, enton, *tem que pega a língua brasileira, né. Son do Brasil*<sup>25</sup>

Nesta sequência o locutor está predicando sobre a língua nacional e não sobre a italiana. Os segmentos *É aqui no Brasil* e *son do Brasil* estão predicando *tudo português* – falar português – afirmação que introduz o enunciado. A relação que o locutor estabelece entre a língua determinada e aquilo que fala *sobre* ela é de pertencimento. O marcador espacial *aqui* refere o território onde a *língua brasileira* – designação do locutor – funciona, devido à regulação do espaço de enunciação. Estes dizeres significam a relação da língua com o território do Estado brasileiro.

Neste território e no espaço da escola, que é um aparelho de Estado, se fala *tudo português*. Viver no Brasil é pertencer à nação brasileira, cuja língua nacional é

---

<sup>25</sup> A sequência enunciativa foi recortada do texto da entrevista do mesmo sujeito da sequência anterior. A pergunta dirigida a ele foi: E quando os teus pais iam na aula, tu saberias me dizer qual língua falavam?

o português. O sujeito está, pois, significando sua relação de pertencimento a esta nação, relação esta que se dá pela língua: para ser brasileiro e para pertencer à nação brasileira é preciso falar a língua nacional. A língua é, neste enunciado, condição de nacionalidade.

O enunciador distribui, assim, a língua de acordo com seu espaço de funcionamento, que vai dos limites da escola para os limites de todo o território brasileiro. A determinação do locutor de que no Brasil se deve falar *brasileiro* remete ao funcionamento da memória discursiva constituída por discursos nacionalistas que viam a homogeneidade linguística como o principal fundamento da unidade nacional. No território brasileiro, se deveria, portanto, falar português.

S.E. 3. *Non, non podia. Era lei. Era lei que non podia*<sup>26</sup>.

Neste enunciado, falar italiano está predicado por *non, non podia. Era lei. Era lei que non podia*. O ambiente escolar é novamente o local onde a proibição de falar italiano se instaura. O verbo *podia*, cujo sentido no segmento é de permissão, autorização tem sua ação negada pelo *non*. Esta sequência aparece duas vezes no início e no final do enunciado, como um modo de o locutor reiterar, reafirmar a proibição que lhe foi imposta na época em que era estudante, época esta da nacionalização do ensino. O locutor diz que *non podia* realizar algo, no entanto, não refere o que. O silenciamento do fato não permitido é um modo de o enunciador dar existência a ele. Na enunciação *non, non podia*, o sujeito está significando, pela ausência do complemento *falar italiano*, a interdição imposta pela lei.

Na última parte do enunciado, falar italiano está predicado por *era lei que non podia*. Uma lei é criada e vigora para ser respeitada. Seu desrespeito é considerado crime passível de alguma espécie de punição. Como não poder falar italiano está determinado por *era lei*, a desobediência a ela adquire a dimensão de delito, de

---

<sup>26</sup> O enunciado foi selecionado do texto da entrevista realizada com um descendente de italianos de 63 anos. Ele estudou até a quarta série do ensino fundamental e tem como língua materna o dialeto *friulano* e outro que ele simplesmente designa *talian*.

Este dizer é a resposta à pergunta: Vocês falavam italiano com a professora na escola?

transgressão, o que implica algum tipo de pena. *Non podia e era lei* estão no mesmo plano de significação, causa e consequência.

A escola significa, então, o lugar de regulação dos modos e do direito ao dizer.

S. E. 4. Nós falava, porque os pai falavum o taliano, enton, por isso que a gente *acho que truxe de sangue isso ali né*, que aprendeu, né<sup>27</sup>.

Na sequência, falar italiano está predicado por *acho que truxe de sangue isso ali*. O verbo *truxe* (trouxe), refere o modo como a língua materna é passada de geração a geração entre os descendentes de imigrantes italianos: pelo sangue. Mesmo fazendo referência a uma ação do passado, este verbo instaura uma ligação com o presente da enunciação, pois significa carregar, levar consigo, ter para sempre. O locutor se apresenta no dizer como *a gente*. No plano do discurso, o enunciador se coloca na condição não de uma voz individual, mas de uma coletividade, cujo sangue carrega a língua dos antepassados como uma característica herdada. Isso significa a resistência à interdição, na medida em que a língua materna está associada a uma herança genética, transmitida pelo sangue, que não pode ser apagada por uma ação externa, como a imposição da lei.

A pesar de ter sofrido interdição linguística e de reconhecer que a lei estava contra a prática do italiano, o locutor refere que não há como evitá-la ou abandoná-la, posto que essa língua está no sangue como uma propriedade congênita, o que a torna parte da identidade do sujeito. A língua é, nesta circunstância, um sinal diacrítico que ressignifica a italianidade, como reconhece Zanini (2006), e por isso, um elemento de identificação com o grupo étnico.

O locutor se apresenta inserido em um grupo, *nóis*, constituído por ele e pelos demais integrantes da família. Neste grupo, a língua falada era *o taliano*, *porque os pais e os irmãos* o falavam. Com essa predicação, o enunciador

---

<sup>27</sup> Este segmento enunciativo pertence ao texto da entrevista do mesmo sujeito da sequência anterior. Ele está respondendo a pergunta: E em casa vocês falavam italiano?

determina que o espaço de funcionamento do italiano é o círculo familiar, a partir da divisão dos lugares do dizer que o espaço de enunciação instaura.

S. E. 5. *Sim, sabia... porque a minha mãe insinó, o pai tamém, pra i na isc... no colégio, pra sabe portugueis tamém*<sup>28</sup>.

A partir desta sequência, analisaremos o que o sujeito diz *sobre* a língua nacional e não sobre a língua italiana.

Língua portuguesa está predicada por *sim, sabia... porque a minha mãe insinó, o pai tamém, pra i no colégio*. O locutor diz *sobre* falar português que os sentidos estão relacionados ao lugar que ocupa essa língua na sua vida familiar, pois aprendeu *porque a mãe insinó, o pai tamém*. No enunciado, o locutor antecipa os sentidos atribuídos pelo enunciador ao fazê-los funcionar na explicação para quê estudava português. Nesta sequência, tem-se evidenciado como os sujeitos distribuem as línguas no espaço de enunciação, que está constituído por certas condições deste ambiente familiar dos descendentes de italianos, onde já se falava as duas línguas. Uma delas, contudo, foi ensinada para ser usada no colégio e a outra para as conversas do dia-a-dia entre pais, irmãos e vizinhos.

Na enunciação, o sujeito está dividindo os espaços de circulação das línguas, a partir de uma deontologia do *poder* e *dever* falar, regulada pelo espaço de enunciação. O sujeito é, neste sentido, não um ser empírico, o falante propriamente, ele é “uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p.18). E são estes espaços de enunciação que determinam qual língua deve ser falada em dado espaço. No colégio, por exemplo, lugar institucional regulado pelo poder estatal, a língua estabelecida para circular era a nacional. Já, no ambiente familiar, a língua determinada era o italiano (dialetos).

---

<sup>28</sup> Algumas informações sobre a entrevistada. Possui hoje 80 anos, estudou até a quarta série do ensino fundamental em uma escola localizada na comunidade da Linha Cinco – Ivorá. Seus pais falavam o dialeto friulano, língua que a entrevistada teve como materna.

O enunciado pertence ao texto da entrevista deste sujeito e responde a pergunta: E a senhora, quando foi na aula, já sabia falar o brasileiro?

As análises realizadas a partir do funcionamento da predicação nas sequências enunciativas determinam como os sujeitos foram e são afetados pelas línguas que falam, o italiano e o português, e isso se apresenta nos modos diferenciados de dizer e significar sobre cada uma delas. Quando se referem à língua familiar, aquela que aprenderam nos diálogos com o pai, a mãe e os irmãos (dialetos), associam-na às palavras e aos dizeres como *repreendia, errado, não podia, era proibido, era lei que não podia, trouxe de sangue, falava com os irmãos, com os pais*. Vemos que há dois eixos de representação da língua: de um lado o italiano como língua proibida, como motivo de repressão, como sinônimo de erro linguístico, como prática ilícita. Do outro lado do eixo, temos a língua italiana como herança (genética) dos antepassados – o sujeito diz isso - e, conseqüentemente, como traço identitário que ressignifica a italianidade, porque remete às origens (herança). E ainda, como uma prática de âmbito familiar, a qual o sujeito guarda com ela uma relação afetiva.

O primeiro eixo de representação da língua italiana está relacionado a lugares do dizer como a escola, aos espaços de circulação da língua nacional. Em contrapartida, o segundo eixo de representação da língua se relaciona ao espaço de enunciação familiar e comunitário.

Com relação à língua nacional, os enunciados analisados referem que os sujeitos a associam a dizeres como *falar certo, aqui é no Brasil, falar a língua brasileira, para ir à escola*. Há também nessas predicações dois eixos de representação desta língua: um que a institui como a língua correta, culta, e por isso de um *status* mais elevado; e outro que a considera a língua da nação, a língua do Estado, a que circula nas instituições de ensino, como a escola, a que deve ser falada fora do círculo familiar e comunitário e, por isso, uma língua externa, com a qual o sujeito não mantém uma ligação *de sangue*.

A divisão linguística, que se produz como efeito de sentido, realizada pelos sujeitos, revela que eles são afetados de modos distintos pelas línguas que falam, na medida em que sua relação com cada uma delas é diferente. Seus dizeres *sobre* o italiano e *sobre* o português os distribuem de acordo com o espaço em que podem e devem funcionar, com base nas dicotomias interno x externo e local x nacional.

Assim, consideramos que o sujeito da enunciação, enquanto figura política, estabelece o lugar de onde fala, pela divisão dos espaços do dizer.

#### 4.4. A predicação e o funcionamento da memória discursiva e da memória da língua

Trataremos nesta seção da análise do funcionamento da memória discursiva e da memória da língua, pelo procedimento da predicação. O sujeito, afetado pelas condições de produção do discurso, ao enunciar o faz a partir de uma memória de dizeres que significa esse sujeito e produz sentidos sobre ele.

Como os sujeitos considerados nesta pesquisa são afetados por duas línguas que se entrecruzam no dizer, analisaremos também como a memória da língua - entendida por nós, a partir da ótica de Payer (2006), como o ressurgir dos fatos da língua interdita - funciona quando o sujeito atribui sentidos *sobre* a língua italiana. Não pretendemos dar atenção aos aspectos fonéticos da língua ou aqueles que estão relacionados à oralidade, como o ritmo da fala, a entonação, o acento, pois nossa análise é enunciativa, e se partimos de elementos da materialidade linguística é com a finalidade única de observar quais sentidos se produzem, pelo seu funcionamento, no plano discursivo.

A primeira sequência enunciativa recortada dos textos das entrevistas é:

S. E. 6. O italiano *non, non...* Ensinemo tudo brasileiro... *Eu non gostava. Gostava fala mais de brasileiro...*<sup>29</sup>

Na sequência acima, falar italiano aparece predicado por *non, non* e por *eu non gostava* (de falar essa língua). A negação *non, non* responde à pergunta se foi ensinado aos filhos o italiano, resposta esta dada na própria língua italiana com a

---

<sup>29</sup> A entrevistada possui 81 anos, reside na comunidade da Linha Cinco, interior do município de Ivorá. Estudou apenas um mês, conforme dado da própria informante, por falta de professor para ministrar as aulas. Aprendeu no círculo familiar a falar friulano e italiano (outro dialeto que ela não sabe o nome).

A sequência enunciativa responde às perguntas: Não ensinaram para os filhos o italiano? E por que vocês não falavam mais italiano em família?

palavra *non*. O locutor nega haver ensinado aos filhos a língua que usa para realizar a negação. Nesta predicação ele é constituído pela memória da língua, cujo funcionamento não pode ser controlado por aquele que enuncia. Ela se coloca – a memória da língua – como um elemento que constitui esta figura política que é o sujeito, tendo em vista o conflito instaurado por ele de negar uma língua presente em seu dizer.

Se o italiano não foi ensinado aos filhos, tal fato se deve a algo. O funcionamento da predicação *eu non gostava* (de falar italiano) predica a negação da língua materna, pela negação do sentimento de amor por ela. O locutor está negando a língua que fala, porque seu dizer é afetado pela memória da repressão. O sujeito significa esta negação como o medo, a vergonha, a humilhação, a estigmatização de dizer na língua proibida. A relação do sujeito com a língua materna não é mais de orgulho, de amor, de pertencimento, mas de desgosto, de apreensão.

O período do Estado Novo caracterizou-se por políticas de controle às línguas estrangeiras, pela circulação de discursos de defesa e exaltação à língua nacional e por medidas coercitivas direcionadas a tudo o que representasse uma ameaça à unidade nacional. Todas essas medidas estatais ficaram registradas na forma de dizeres *sobre* elas, constituindo a memória discursiva da repressão (linguística). O sujeito do enunciado, quando nega gostar de falar italiano o faz porque seu dizer está afetado por esta memória discursiva de interdição. Toda a violência, física ou simbólica, que sofreu durante a nacionalização do ensino retorna, pela memória discursiva, e o faz negar o amor pela língua proibida. Esta, porém, aparece silenciosa e despercebida denunciando a identidade do sujeito. Mesmo ele a negando, seu dizer está afetado por ela e pelo funcionamento da memória da língua.

S.E. 7. Sim. *Non podia nem que ela fosse taliana, non podia parla guel talian, porque il talian era proibido*<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Sequência enunciativa produzida pelo sujeito entrevistado de 63 anos, cujos dados pessoais já foram mencionados na página 83.

Os enunciados repetem uma negação *sobre* falar italiano: *non podia nem que ela fosse taliana, non podia parla quel talian*, redizendo e resignificando que *il talian era proibido*. O funcionamento simultâneo da memória discursiva (de interdição) e da memória da língua ocorre, na medida em que podemos ver neste enunciado um eco dos efeitos da política linguística do Estado novo, efeito esse que ressoa o que consta no artigo 85, do decreto lei n. 406, de maio de 1938: “nelas (nas escolas) não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos” e na medida em que fala da proibição *na* própria língua proibida, *il talian*.

O atravessamento pela memória da língua se explicita completamente com a predicação *non podia parla quel talian*. O que o enunciador significa ao predicar *sobre* falar italiano - *non podia* - também se materializa na distribuição das línguas nesta sequência. Numa circunstância em que o sujeito enuncia a partir de uma memória discursiva de interdição, significando com isso não só sua relação com a língua nacional, mas também com a língua interdita (*parla quel talian*), relação esta referida *na* língua interdita, a modo de tornar visível, de materializar o agir da memória da língua contra a força coercitiva do silenciamento imposto pelas políticas linguísticas do Estado Novo.

S.E. 8. *Non, as professora nunca, nunca pidiron pra fala in furlan nen in talian, nas iscola. Nunca*<sup>31</sup>.

Embora este enunciado materialize outro dizer, o espaço de enunciação se intercala entre as línguas.

O locutor predica *sobre* falar italiano *non, as professora nunca, nunca pidiron pra fala in furlan nen in talian, nas iscola. Nunca*. A negação novamente significa impossibilidade de falar italiano na sala de aula. As formas *nunca, nem, non* vão significando a memória da repressão. A violência simbólica que sofreu na escola

---

Este dizer é a resposta a pergunta: E a professora falava somente em português?

<sup>31</sup> Algumas informações sobre a entrevistada, produtora deste dizer, estão na página 85. A pergunta direcionada a ela foi: E se falassem italiano - na escola - no caso da senhora “furlam”?

aparece mascarada pelo ato de gentileza da professora, que não obrigava nem proibia, somente pedia.

A sutileza com que o enunciador se refere ao ato proibitivo é, para nós, o silêncio, do qual fala Orlandi (1997), para quem silenciar não é sinônimo de não dizer, mas, de não poder “sustentar outro discurso”. Na condição de reprimido, o sujeito não diz claramente que lhe foi imposto silenciar a língua familiar, pois o medo, a vergonha, a estigmatização, seguem em estado latente na memória discursiva. Se as leis do Estado brasileiro lhe baniam o direito a falar *na* e *sobre* a língua (italiana), o silêncio foi a possibilidade de manter viva a memória da língua, memória esta que aponta de que lugar o sujeito fala, quando para negar a possibilidade de falar italiano na escola ele diz *non, in furlan nen in talian*.

O sujeito está, portanto, afetado pela língua italiana e ao enunciar revela esta condição. Seu dizer se marca, pois, como o lugar de funcionamento da memória discursiva (da interdição) e da memória da língua, e é por esse funcionamento que o sujeito se significa.

O exercício analítico dos segmentos enunciativos nos possibilitou chegar a algumas conclusões sobre o modo de atuação da memória da repressão e da memória da língua em dizeres - diferenciados no plano linguístico, porém com sentidos que se tocam no plano discursivo – *sobre* a língua italiana.

Percebemos que o grupo de sujeitos entrevistados, que pertence à faixa etária dos 80 anos, quando fala do tempo da escola tende a “mascarar” a repressão linguística com dizeres que suavizam a repressão da professora, com dizeres que não expressam diretamente a proibição imposta (de falar italiano) ou com dizeres repletos de silêncio. As sequências enunciativas seguintes ilustram isso: S.E.1. *Ma na aula, ansim, com o professor era, era sempre portugueis, né. Nem o professor, nem... o professor era italiano tamém, de urige italiana, ma, ma ele non falava o...* S.E.2. *Non, as professora nunca, nunca pidiron pra fala in furlan nen in talian, nas iscola. Nunca.* S.E. 3. *Acho que non... foi poco tempo ( a pergunta feita foi: “E se vocês falassem alguma coisa em italiano, ela – a professora - repreendia?).*

Para os sujeitos desta faixa etária que participaram da história da Era Vargas no papel de “quistos étnicos”, certamente a repressão foi mais intensa do que a

sofrida por sujeitos descendentes de italianos da faixa etária de 50 e 60 anos. O medo da violência, da punição e até da prisão<sup>32</sup> retorna pelo funcionamento da memória discursiva, fazendo com que eles (os sujeitos) digam de outra forma ou simplesmente silenciem o que aconteceu nesta época.

Nestes enunciados a memória da língua funciona atenuada, segmentada, entrecortada, porque a memória discursiva se explicita com mais intensidade. Os sujeitos “cuidam” de não apenas falar diretamente *sobre* a interdição, mas também de não falar *na* língua interdita.

O segundo grupo de sujeitos da faixa etária de 50 e 60 anos, diferentemente do primeiro grupo, fala mais diretamente sobre a repressão sofrida e sobre a atuação da professora em sala de aula para controlar o uso dos dialetos. As sequências enunciativas que seguem ilustram isso: S.E.1. *Sim, as veiz em quando falava uma palavra em italiano e a professora reprendia... uma primera veiz que eu falei ela me reprendeu e me dexó sem recreio.* S.E.2. *Porque falei in talian. Tem que fala certo non fala errado. Voceis ton falando errado, ela disse.* S.E.3. *Non, non podia. Era lei. Era lei que non podia.* S.E. 4. *Sim, non podia nem que ela fosse taliana, non podia parla quel talian, porque il talian era proibido.*

A época em que estes sujeitos frequentaram a escola já não era de um controle tão intenso das línguas de imigração. O Estado Novo já havia se dissipado e a campanha de nacionalização perdido força. Restou, porém, e com bastante vigor, a estigmatização. O descendente de italianos continuou sofrendo preconceito e discriminação pela língua que falava – o estigma do colono – e por isso, seguiu sendo repreendido e castigado pela professora.

A repressão, no entanto, nestes casos, resumia-se a humilhações, correções exageradas na fala, xingamentos, imposição de castigos, justamente para reforçar a proibição de décadas atrás. Certamente a memória da interdição, nestes sujeitos, é menos violenta, daí a coragem de dizer diretamente quais tipos de punição sofriam quando falavam dialeto em sala de aula. Não há nestes enunciados o espaço do

---

<sup>32</sup> Um entrevistado perguntou, antes do começo da entrevista, se ele poderia ser preso, caso falasse algo comprometedor. Outro entrevistado disse que não gostaria de falar italiano na entrevista porque tinha vergonha de falar errado e não queria ser corrigido por ninguém. Este até sugeriu que a entrevista fosse feita com outra pessoa, pois se sentia bastante despreparado para falar.

silêncio, contrariamente, há um espaço maior de manifestação da memória da língua. Se a memória discursiva da interdição age com menos intensidade, a memória da língua, em contrapartida, flui com mais força.

Um dizer de um dos sujeitos entrevistados resume o funcionamento das duas memórias analisadas nesta seção: “*Fino alla morte lo portami via*” (Até que a morte me leve embora – falarei italiano.). Somente a morte silencia definitivamente em *um* sujeito as memórias de seu dizer, contudo, elas se manterão vivas e funcionando em outros sujeitos, que assim como esse, tem seu dizer dividido pelo espaço de enunciação onde está inserido.

#### **4.5. A fronteira enunciativa no dizer na(s) língua(s)**

Nesta última fase do processo analítico, buscamos observar como um sujeito descendente de imigrantes italianos, cuja língua materna, o italiano, foi interdita – durante sua infância e juventude - faz significar na língua essa interdição quando ele atribui sentidos a ela (à língua), instaurando com isso a *fronteira enunciativa*. Esta fronteira não se estabelece de modo linear, contínuo, constante na fala do sujeito, exatamente porque a memória discursiva reprime seu funcionamento. O sujeito somente se permite – a memória da língua permite – mudar de língua, do português para o italiano, ao enunciar, quando se refere a fatos e eventos que ocorreram no ambiente familiar ou comunitário. Isso, porém, não é uma regra, pois entre os sujeitos entrevistados, apenas um falou em português e em italiano intercalando o uso destas duas línguas, conforme o questionamento que lhe era dirigido.

Significar na língua a interdição não se resume, então, à distribuição que o sujeito faz dos lugares e modos de dizer quando fala *sobre* a(s) língua(s). Mais que isso, significar na língua a interdição é falar *nas* línguas onde elas podem e devem funcionar. É esse modo de distribuir as línguas, falando *nas* línguas que designamos *fronteira enunciativa*.

Nos enunciados<sup>33</sup> que seguem, analisaremos o funcionamento desta fronteira e quais sentidos se podem depreender desse funcionamento.

S.E.9. Non, non podia. Era lei. Era lei que non podia.

S.E.10. Mi guin parlo il talian, il furlan, il brisian. Di tutti li bandi. Ma non tanto perché nessuno m'acompanha.

Na sequência 9, o locutor diz que a lei não permitia que se falasse italiano. No plano do discurso, o enunciador está significando a interdição porque é constituído historicamente por uma memória de dizeres sobre ela.

O falar *sobre* a repressão reporta o sujeito à obrigatoriedade de falar na língua nacional, como lhe era imposto na época em que frequentou a escola.

No entanto, quando o locutor se refere às línguas (dialetos) que fala, passa do português para o dialeto instaurando a fronteira enunciativa. No plano do enunciar, essa passagem é um gesto de resistência que significa o sujeito na sua divisão pelos lugares do dizer. Nesse sentido, podemos considerar que o político constitui a fronteira, na medida em que ela separa a língua da escola da língua familiar.

Na sequência 10, o locutor refere que fala três línguas, o italiano, o friulano e o brasileiro, no entanto, falar nos dialetos já não é uma prática rotineira, constante, porque ele não encontra com quem falar. O *nessuno m'acompanha* remete à prática cada vez menos frequente de falar os dialetos. Dizer que ninguém (mais) participa de conversas em italiano é também uma forma de o enunciador se colocar na condição de interditado, pois sem interlocutor não há diálogo e sem diálogo não há língua. Mas, no lugar em que ele ainda pode dizer *na(s)* sua(s) língua(s) materna(s),

---

<sup>33</sup> O texto completo da entrevista está no anexo.

Algumas informações sobre o entrevistado estão na nota de rodapé da página 83.

mesmo que diga para outro que não lhe entenda e que não dialogue, sua relação com esta(s) língua(s) já está significada: ele é esta(s) língua(s).

Se a interdição do italiano (dialetos) significou uma divisão dos lugares do dizer nas línguas, logo, ela institui a fronteira enunciativa. Se antes da interdição, falar em dialetos era permitido em qualquer espaço – por uma distribuição do espaço de enunciação – depois da interdição, esses espaços foram divididos: em locais públicos, instituições de ensino e diante de representantes do Estado, a língua nacional; nos encontros comunitários, nas reuniões entre vizinhos, nas festividades e comemorações e no ambiente familiar, a língua familiar.

A pesar de a repressão linguística não ter alcançado todos os locais em que se praticavam os dialetos, a memória das humilhações, da vergonha, da estigmatização funcionava (e ainda funciona) como um mecanismo de controle linguístico, contudo, a fronteira enunciativa, instaurada justamente pela interdição, é, para estes sujeitos, o lugar da resistência.

Nas sequências abaixo, a fronteira enunciativa está, novamente, distribuindo os lugares do dizer:

S.E. 11. Sim, non podia nem que ela (professora) fosse taliana, non podia parla quel talian, porque il talian era proibido.

S.E. 12. Con quel che guin parla talian, guin parlo talian. Con quel che parla furlan, falo furlan i anche in brisian.

O locutor, no plano do dizer, está falando, em cada sequência, línguas distintas. Na situação em que predica a proibição de se falar dialeto em sala de aula, fala na língua autorizada, o português. No momento em que ele refere a situação em que *pode* falar nos dialetos, diz isso *em* dialeto. No plano do sentido, a fronteira enunciativa foi instituída, para significar os lugares em que o sujeito está autorizado a enunciar em cada língua.

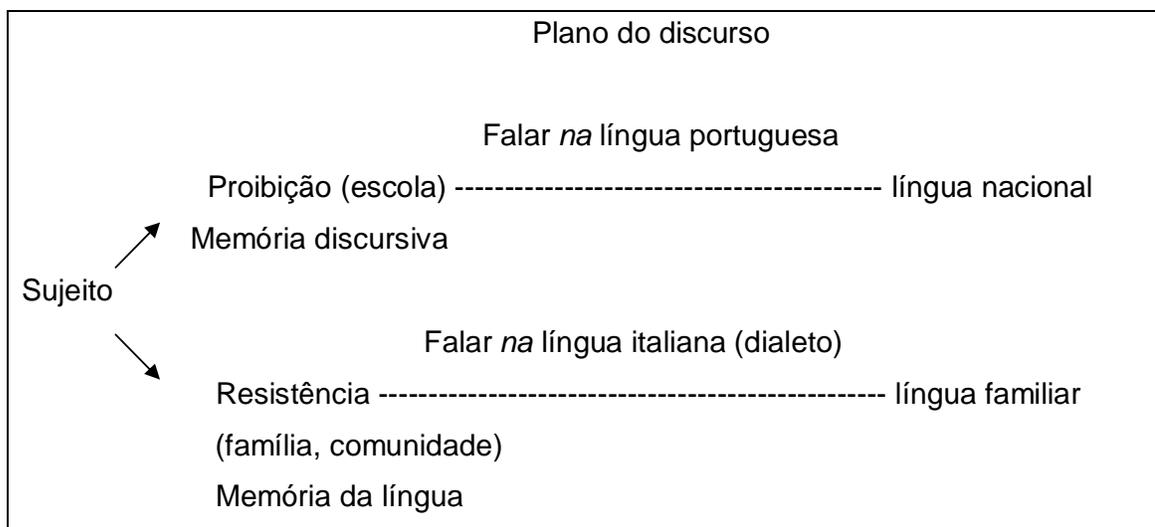
Quando, no capítulo 3 analisamos o funcionamento da fronteira linguística, o fizemos objetivando atribuir diferenças entre seu modo de significar e o modo de

significar da fronteira enunciativa. Enquanto aquela se estabelece no plano das formas (BENVENISTE, 1989), esta se estabelece no plano discursivo, lugar de produção dos sentidos pelo sujeito, conforme Guimarães (2002).

Se a fronteira linguística se define pelo cruzamento de línguas no plano do dizer, significando o atravessamento linguístico do sujeito, a fronteira enunciativa se constitui no plano do enunciar pela distribuição dos lugares do dizer *na(s)* língua(s), que o espaço de enunciação, a memória discursiva e a memória da língua instituem.

Nesse sentido, a fronteira enunciativa significa a relação do sujeito com as línguas, a partir de uma distribuição desigual dos lugares do dizer. Sendo instaurada pela interdição linguística, ela foi dividindo a língua da escola da língua familiar, fazendo o sujeito significar-se pelo conflito de dizer em cada língua, de acordo com os lugares em que está autorizado a dizer.

A distribuição das línguas, pela fronteira enunciativa, é bem representada pelo seguinte esquema:



Conforme ponderamos no início desta seção, a fronteira enunciativa não tem um funcionamento constante, estável, pela sua condição histórica e determinada pela interdição. Embora, ela institua lugares possíveis de dizer *na* língua italiana, esses lugares são cada vez mais restritos e mais regulados pelo espaço de enunciação.

As análises realizadas mostram que a relação do sujeito descendente de imigrantes italianos com sua língua materna, o italiano (dialetos), mudou significativamente após o advento da campanha de nacionalização. O sentimento de orgulho por pertencer a uma “comunidade italiana imaginada”, sentimento este determinado pela língua, foi substituído pelo medo e pela vergonha de praticá-la, conforme se percebeu em algumas sequências enunciativas.

Por outro lado, observamos que para alguns sujeitos descendentes, a língua italiana continua sendo um elemento de referência às origens e, por isso, um símbolo diacrítico da italianidade que é transmitido e ressignificado de geração a geração como uma herança genética (que é passada pelo sangue).

Mas, tanto no primeiro como no segundo caso, os sujeitos se colocam enquanto afetados pela língua materna, significando essa condição (de afetados) quando dizem *sobre* e *na* língua. Também, em ambos os casos, se significam enquanto sujeitos constituídos pela memória discursiva (da repressão) e pela memória da língua (atravessamento da língua italiana no dizer em português), e, quando falam distribuem os lugares de dizer em cada língua, conforme uma divisão determinada pelo espaço de enunciação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos analisar como a língua italiana (dialetos) se coloca nos dizeres de sujeitos descendentes de imigrantes italianos como um elemento de resistência à interdição linguística. Para a realização desta análise, mobilizamos conceitos como o de memória discursiva (ORLANDI, 2005) e o de memória da língua (PAYER, 2006), os quais funcionam na língua (enunciação destes sujeitos), respectivamente, como lugar de repressão e lugar de resistência.

Com base no dispositivo teórico da Semântica Enunciativa, de Eduardo Guimarães (2002), vimos que o sujeito tem seu dizer regulado pelo espaço de enunciação, o qual determina os lugares e os modos de dizer. Essa distribuição das línguas acontece porque as consideramos objetos históricos que se constituem de uma memória de dizeres, que instauram sentidos quando são postas para funcionar.

As sequências enunciativas analisadas referem dizeres que falam *na* e *sobre* as línguas (o português e o italiano). Quando o sujeito predica *sobre* a língua italiana ele estabelece como lugar de funcionamento o ambiente familiar e comunitário, pois ela é a língua familiar. Quando o sujeito fala *sobre* a língua portuguesa, ele remete seu funcionamento ao espaço da escola, das instituições de ensino em geral e ao espaço que compreende todo o território do Estado brasileiro, porque ela é a língua nacional e oficial.

No que tange à fronteira enunciativa, observamos que ela funciona não no plano das formas da língua (BENVENISTE, 1989), quando o locutor diz sobre a língua. Ela se constitui no plano discursivo, do enunciar, quando o sujeito fala *na* língua e fazendo isso, determina em quais lugares *pode* e *deve* dizer em português e em quais lugares *pode* e *deve* dizer em italiano. Tal fronteira, conforme

explicamos, não é idêntica à fronteira linguística que é significada pelo cruzamento de línguas no plano do dizer. A fronteira enunciativa se marca na enunciação, porque é neste acontecimento que ela significa a divisão das línguas feita pelo sujeito.

Nosso trabalho partiu da retomada de alguns aspectos que dizem respeito ao processo imigratório no Brasil, pelo viés do discurso historiográfico, para que pudéssemos referir como era a relação do sujeito imigrante italiano com sua língua de origem (o italiano) nas primeiras décadas de estabelecimento em solo brasileiro e gaúcho. Inicialmente, a língua italiana era tida como um símbolo da italianidade, como um elemento de identificação com a pátria-mãe distante. A língua era, e conforme Zanini (2006), continua sendo para muitos descendentes, um motivo de orgulho.

O advento do Estado Novo e a conseqüente nacionalização do ensino, durante fins da década de 1930 e início da década de 1940, representam um marco na mudança dessa relação de amor e orgulho pela língua italiana. A violência física e simbólica que os imigrantes italianos e seus descendentes sofreram neste período, instaurou a vergonha, o medo e o silêncio em relação aos dialetos que praticavam. Mário Maestri (2001) pontua que “ainda hoje é forte a recordação de violentos atos policiais contra colonos por falarem e cantarem em italiano; de crianças levando bilhetes para realizar as compras familiares; de um terror linguístico que chegou ao seio das próprias famílias (p. 7).

Essa “recordação” do terror é para nós a memória discursiva da repressão, porque, de nosso ponto de vista teórico, o sujeito é histórico e por isso constituído por uma memória de dizeres.

Nas entrevistas que realizamos com cinco sujeitos descendentes de imigrantes italianos, percebemos que os que pertencem à faixa etária de 80 anos, quando falam sobre a infância e sobre o tempo de escola, silenciam a memória da interdição e também a própria língua materna, o italiano. Contudo, esse duplo silêncio não se coloca como o apagamento total e inevitável nem da repressão nem da língua familiar. O silêncio significa o *não poder falar sobre* a repressão, pela memória de medo, de violência, de humilhação. Por outro lado, o silêncio é também

um lugar de resistência da língua materna, lugar onde ela está protegida da interdição.

Este silêncio, no entanto, é algo que não pode ser totalmente controlado pelo sujeito, pois quando ele enuncia, a memória da língua (italiana) se coloca em seu dizer, significando-o em seu (incontrolável) afetamento linguístico.

O outro grupo de entrevistados, que está na faixa etária de 50 e 60 anos, fala, de modo mais direto, sobre como eram repreendidos e castigados em sala de aula por falarem italiano. Nestes sujeitos a memória da repressão, certamente é menos intensa, e por isso, a memória da língua funciona com mais força. É nesse funcionar das duas memórias que a fronteira enunciativa se instaura.

A interdição da língua italiana dividiu os espaços do dizer e instituiu a fronteira. Quando o sujeito fala *sobre* os lugares em que cada língua (portuguesa e italiana) pode e *deve* funcionar, ele fala destes lugares *na* respectiva língua.

A realização deste trabalho deve ser significada não apenas como uma resposta a questões que tangem ao campo da Linguística ou apenas como o resultado de uma pesquisa acadêmica. Produzir este trabalho é de, alguma forma, significar a importância da diversidade linguística e, principalmente, significar a negação ao preconceito linguístico, pois estamos de acordo com o que diz um dos entrevistados desta pesquisa: *“Agora que ta liberto a gente deveria de, de segui o taliano, o alemóm o alemóm e o brasileiro o, tudo mais o meno a língua, né, que até fica bunito, i ni um país vivendo junto i vivendo bem”*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** Fondo de Cultura econômica, México: 1993

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras.** 2 e.d. São Paulo: Editora UNESP, 1997

BRAIT, Beth. *Enunciação e intersubjetividade.* In: **Émile Benveniste: Interfaces, Enunciação e Discursos.** Porto Alegre: Dipapel Indústria Gráfica LTDA, 2006

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I.** 5 e.d. São Paulo: Pontes, 2005

\_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II.** São Paulo: Pontes, 1989

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de Imigrantes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 2, jun. 2005. Disponível em:  
<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200020&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200020&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 mai. 2009.

BORGES PEREIRA. In ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS.** Editora UFSM, Santa Maria: 2006

BUNGE, Mario. **Semántica I: Sentido y Referencia.** Barcelona: Gedisa, 2008

CALVET, Loius-Jean. *As Políticas Lingüísticas*. SP: Parábola, 2007

CELADA, María Teresa, ZOPPI FONTANA, Mónica. *Sujetos desplazados, lenguas en movimiento: identificación y resistencia en procesos de integración regional*. In: **Signo & Seña**. Editora de la Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires: 2008

DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. *Consequências de atitudes linguísticas negativas em grupos linguísticos: da estigmatização à solidariedade*. In: **Estigma. Cultura e Atitudes Linguísticas**. Caxias do Sul: Educs, 2010

DALMOLIN, Cátia. *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e Região*. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). **Mordaça Verde Amarela**. Imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Est Edições, 2005

FACCINA, Rosemeire. *Políticas linguísticas e ensino de língua portuguesa – da República Velha à Constituição de 1934*. Disponível em: [http://www.mackenzie.br/fileandmin/Pos\\_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo\\_RoseFaccina\\_PoliticaseEnsinoLP.pdf](http://www.mackenzie.br/fileandmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo_RoseFaccina_PoliticaseEnsinoLP.pdf). Acesso em: 08 mai. 2009

FAGGION, Carmen Maria. *Bilinguismo e Cultura*. In: **Estigma. Cultura e Atitudes Linguísticas**. Caxias do Sul: Educs, 2010

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Vozes, 1972

FROSI, Vitalina; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Gisele Olivia Mantovani. *Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI*. In: **Estigma. Cultura e Atitudes Linguísticas**. Caxias do Sul: Educs, 2010

\_\_\_\_\_. *Bilinguismo, Identidade Étnica e Atitudes Linguísticas*. In: **Estigma. Cultura e Atitudes Linguísticas**. Caxias do Sul: Educs, 2010

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1981

**Genealogia - História da Imigração Italiana no Brasil**. Disponível em: <<http://genealogia.prati.com.br/Genealogia/imigracao2.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2010

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988

GUIMARÃES, Eduardo. **Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil**. São Paulo: s/e, 2005

\_\_\_\_\_. *Enunciação e História*. In: **História e Sentido na Linguagem**. São Paulo: Editora RG, 2008

\_\_\_\_\_. *Semântica e Pragmática*. In: **A Palavra e a Frase**. São Paulo: Pontes, 2006

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

**ITALIANOS**: Os homens do vinho ficaram nas terras altas. Disponível em: <<http://www.portalturra.com.br/content.aspx?ID=41>>. Acesso em: 20 jan. 2010

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001

MAESTRI, Mário. *A Lei do Silêncio*. História e mitos da imigração ítalo-gaúcha. In: **A Lei do Silêncio**. Repressão e nacionalização no Estado de Guaporé (1937 – 1945). Passo Fundo: Est Edições, 2001

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Brasileiro fala português: monolingüísmo e preconceito lingüístico*. In: **O Direito à Fala. A questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

\_\_\_\_\_. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência lingüística. **Synergies Brésil**, n° 7, p. 19-26, 2009

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997

\_\_\_\_\_. *O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)*. In: **Línguas e Instrumentos lingüísticos**. Campinas: Pontes, 2005. n. 15, p. 27-33

\_\_\_\_\_. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo**. São Carlos: Clara Luz, 2007

OSSOLA, Leila. **A Imigração Italiana**. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/group/histriadaimigraoitaliana>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PAYER, Maria Onice. **A língua como lugar da memória**. Disponível em: <[www.preac.unicamp.br/mamoria/textos/M.Onice Payer-completo.pdf](http://www.preac.unicamp.br/mamoria/textos/M.Onice%20Payer-completo.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2009

\_\_\_\_\_. *Imigrante: Sujeito Moderno. Dispositivos de Objetivação do Sujeito e da Língua na Modernidade*. In: **O Português do Brasil como Língua Transnacional**. Campinas: RG, 2009

\_\_\_\_\_. **Memória da língua: Imigração e nacionalidade**. SP: Escuta, 2006

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999

PELLANDA, Ernesto. **Aspectos Gerais da História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/pellanda/IMIGRA.html>>. Acesso em: 01 mar. 2010

PIAZZETA, Luiz Carlos **Imigração Vêneta: El Talian**. Disponível em:

<<http://veneti.blogspot.com/2006/07/imigracao-veneta-el-talian.html>>. Acesso em: 05 nov. 2010

RANCIÈRE, Jacques. **En los bordes de lo político**. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2007

REVUZ, Christine. *A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*. In: SIGNORINI, I., (org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 213-230.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: Est Edições, 2001

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado, as fronteiras e o trinômio Índio-Deus-Pátria: O caso dos índios Tiryó*. In: GUTIÉRREZ, Horacio. **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. São Paulo: Copyright, 2003

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

\_\_\_\_\_. Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A Lei do Silêncio**: repressão e nacionalização no estado Novo em Guaporé (1937 – 1945). Passo Fundo: Est Edições, 2001.

SIGUAN, Miguel. **La Europa de las lenguas**. Madrid: Alianza Editorial, 1996

SOUZA, Pedro de. *Jogando conversa fora: a gênese do sujeito falante em entrevista sociolingüística*. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. São Paulo: Pontes, 2000

STURZA, Eliana. **Línguas de Fronteiras e Política de Línguas**: Uma História das Idéias Lingüísticas. 2006. 158f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

\_\_\_\_\_. *Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias: Pesquisa, Ensino e Extensão*. Disponível em: <[http://www.celu.edu.ar/images/stories/pdf/coloquios/5\\_coloquio/Políticas\\_linguísticas\\_e\\_políticas\\_universitárias\\_Sturza.pdf](http://www.celu.edu.ar/images/stories/pdf/coloquios/5_coloquio/Políticas_linguísticas_e_políticas_universitárias_Sturza.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2010

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma & Pe. Luizinho**. Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Pró Reitoria de Extensão, 1996. Disponível em: <[http://quartacoloniaitaliana.vilabol.uol.com.br/causas\\_imigracao.html](http://quartacoloniaitaliana.vilabol.uol.com.br/causas_imigracao.html)>. Acesso em: 12 mar. 2010

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VOGT, Olgário Paulo. **REPRESSÃO X MEDO: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS.** Disponível em: <http://online.unisc.br/cecpscs/documentos/repressao.pdf>. Acesso em 04 ago. 2010

ZANDWAIS, Ana. *Saberes sobre identidade nacional: o processo de constituição de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas.* In: **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007. p. 251-263

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2006

## **ANEXOS**

**ANEXO 1: ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE OS ANOS 2009 E 2010****Legenda:**

**P:** pergunta feita pelo entrevistador

**R:** resposta dada pelo entrevistado

**Entrevistado 1: B. L. – 53 anos**

**P:** B., eu gostaria que tu falasses um pouco sobre como era na época que tu estudavas. Se vocês falavam italiano na aula, se vocês não falavam, se falavam português ou se falavam alguma coisa em italiano, se a professora repreendia, enfim, como que era?

**R:** Sim, as vezes em quando falava uma palavra em italiano e a professora repreendia... uma primera vez que eu falei ela me repreendeu e me dexó sem recreio.

**P:** Por que falou em italiano?

**R:** Porque falei in talian. Tem que fala certo non fala errado. Voceis ton falando errado, ela disse.

...

**P:** E em casa tu falavas italiano?

**R:** Sim

**P:** Só italiano?

**R:** Non, a mãe falava taliano e eu repondia, acompanhava. E o pai furlan, tamém falava. Furlan já é mais difícil que italian.

**P:** E o teu pai e a tua mãe, entre eles falavam em italiano?

**R:** Tudo em italiano.

**P:** E teus irmãos, eles falavam alguma coisa em italiano?

**R:** Sim, sempre, a família sempre parlava alguma coisa in taliano.

**P:** E quando os teus pais iam na aula, tu saberias me dizer qual língua falavam?

**R:** Tudo português. Por causa que é aqui no Brasil, enton, tem que pega a língua brasileira, né. Son do Brasil.

**P:** E em casa, com a esposa e os filhos, falam alguma coisa em italiano?

**R:** Na brincadera... na brincadera...

**Entrevistado 2: A. F. – 80 anos.**

**P:** A Senhora chegou a ir na escola?

**R:** Non.

**P:** Nenhum ano?

**R:** Só um meis. Depois non tinha mais professora ali na Linha Cinco, dali o pai non me mando... depois eu tinha sete ano me toco i trabaia na roça.

**P:** E quando a senhora foi, durante esse mês, falavam em português na aula?

**R:** In português.

**P:** E se vocês falavam alguma coisa em italiano a professora chegava a repreender?

**R:** Non falava.

**P:** A professora não falava em italiano?

**R:** Nada. Tudo brasileiro.

**P:** E se vocês falassem alguma coisa em italiano, ela repreendia?

**R:** Acho que non... foi poco tempo.

**P:** E quando a senhora casou, falava em português com o marido?

**R:** É, é, dali comecemo... tinha os filho, né...

**P:** Não ensinaram para os filhos o italiano?

**R:** O italiano non, non... Ensinemo tudo brasileiro.

**P:** E por que vocês não falavam mais italiano em família?

**R:** Eu non gostava. Gostava fala mais de brasileiro...

**Entrevistado 3: A. F. – 63 anos.**

**P:** Vocês falavam italiano com a professora na escola?

**R:** Non, non podia. Era lei. Era lei que non podia.

**P:** E a professora falava somente em português?

**R:** Sim, non podia nem que ela fosse taliana, non podia parla guel talian, porque il talian era proibido.

**P:** E em casa, vocês falavam?

**R:** Nós falava, porque os pai falavum o taliano, enton, por isso que a gente, acho que truxe de sangue isso ali né, que aprendeu, né.

**P:** Aprendeu na família, né?

**R:** Graças a Deus. E agora pro que que don aula italiano?

...

**P:** E a mãe e o pai do senhor falavam qual dos dialetos?

**R:** Tanto furlan come il talian. Le due lengue. Duas língua. Por isso que a gente fala, até mistura o taliano i o furlan... Che non capisci niente.

**P:** E o senhor chegou a ensinar italiano para seu filho?

**R:** Ora, ele aprendeu por vê eu fala, conforme eu aprendi com os pai.

**P:** E o senhor fala italiano ainda com sua esposa?

**R:** Mi gui parlo il talian il furlan il brisian. Di tutti li bandi. Ma non tanto perché nessuno macompanha, é. Agora que ta liberto a gente deveria de, de segui o taliano, o alemóm o alemóm e o brasileiro o, tudo mais o meno a língua, né, que até fica bunito, i ni um país vivendo junto i vivendo bem.

**P:** Então o senhor continua, digo ainda fala italiano?

**R:** Si. Fino alla morte lo portami via.

**P:** E com os vizinhos quando se encontra com eles?

**R:** Con quel che guin parla talian, guin parlo talian. Con quel che parla furlan, falo furlan i anche in brisian.

**P:** E os irmãos do senhor falam italiano:

**R:** Guin parla quasi tutti talian. Ma non bestema.

**P:** E quando vocês se encontram, seus irmãos falam mais italiano ou mais português?

**R:** Con quel che guin parla talian, guin parlo talian. Con quel che parla furlan, falo furlan i anche in brisian.

#### **Entrevistados 4 e 5: E. P. - 80 anos - e S. P. – 80 anos**

**P:** Seu E. e dona S., eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre como foi o tempo de escola, como era a relação com a professora e que língua falavam na aula?

**R. S<sup>34</sup>:** Só português... só o português.

**P:** E se falassem italiano, no caso da senhora “furlan”?

---

<sup>34</sup> Resposta dada pela entrevistada S. P.

**R. S:** Non, as professora nunca, nunca pidiron pra fala in furlan nen in talian, nas iscola. Nunca.

**P:** E nem com os colegas de aula? Os colegas falavam italiano?

**R. S:** Non, non...

**P:** Também não falavam?

**R. S:** Non, ninguém falava. Só português.

**P:** E a senhora, quando foi na aula, já sabia falar o brasileiro?

**R. S:** Sim, sabia... porque a minha mãe insinó, o pai tamém, pra i na isc... no colégio, pra sabe portugueis tamém.

**P:** E não misturava um pouco de vez em quando?

**R. S:** Ah, de vez in quando a gente misturava, de ton costume de casa.

**P:** E a professora não repreendia, não chingava?

**R. S:** Non, non, non, a professora era muito boa, as professora de antigamente. Insinavum bem, iducavum bem.

...

**P:** E o senhor, seu E., o senhor lembra como era? ... Falavam só brasileiro na aula?

**R. E<sup>35</sup>:** É na aula, só, só. Non houve insino, non tinha... a gente, entre os colegas falava italiano tamém, era muito tamém. Ma na aula, ansim, com o professor era, era sempre portugueis, né. Nem o professor, nem... o professor era italiano tamém, de urige italiana, ma, ma ele non falava o... i justamente naquele tempo já era meio, meio proibido conversa ... italiana, por causa da guerra de 45, né. Ali foi quaren... antes de quarenta né. Inton, tinha aquela coisa, né. Se aprendeu mesmo o português. Mais in casa nois falava tudo talian. Com o pai i a mãe i os irmon, era tudo o taliano, né.

**P:** E quando o senhor frequentou a escola, o senhor já sabia falar português?

**R. E:** Já, já sabia bem português, né... falava as duas línguas. Quando percisava, eles insinava o português, né. Inton, eu comecei i na aula cun oito ano. Fui té o quarto ano, né, i despois pra lavora né, carpi, plantá, afinal, né.

**R.S:** Eu tamém, até o quarto ano, perque percisava i na lavora ajudá o irmom, levá merenda, almoço... intón me tiraron da... fiquei muito sintida, non podê fazê o quinto ano, né. Non deu. Naquele tempo era longe pra gente i na aula, ia de pé no chon, nos pique pra ia lá na aula, nas istradinha tudo cun capuera in roda ... (risos). Ia

---

<sup>35</sup> Resposta dada pelo entrevistado E. P.

gente ia. Fiquei muito sintida non fazê o quinto ano, ma non deu. O irmóm fico sozinho i pra levá comida na lavora i tudo, ajudá ele, ajudá a mãe. A mãe era doente tamém, inton...

...

**P:** E na família, os pais e avôs falavam português?

**R. E:** ... Mas é, eu acho que o italiano mesmo, teve italiano que nem aprendeu portugueis, era muito difí...

**R. S:** Falava alguma coisa, ma tudo inliado, o meu avô Patat, bah. I a vó tamém. Ma a vó non cheguei conhece... Faleceu antes de eu nascê. A vó que veio da Itália. A vó ela trabaiava lá na, na, comé que dizem, na fábrica de fazê ropa... i veio aqui mora no meio dos mato. Quanto que ela chorava. Ela dizia “meu Deus onde viemo morá, que os bicho von comê os filho”. Ela morava lá no meio da cidade.

**P:** E vocês ensinaram pros filhos falar italiano?

**R. E:** Non.

**R. S:** Non, non insinemo, perque a gente non fala nem insina. Nós usava português.

**P:** Só quando eram pequenos e falavam com a mãe e pai.

**R. S:** Isso, com a mãe e o pai.

**R. E:** É, lá in casa nós falava sempre, té grande, te hoje, né, a gente se encontra parla italiano, né, c’os irmom. Com o pai e a mãe era tudo italiano, né.

... O italiano, como dizia o finado Mon Senhor Buzzato, né, que o italiano a gente tem que conservá, o italiano, ma aprendê o portugueis bem. Inton ele dizia né “vardé de tinher de conta o taliano”, né, la lengua taliana, ma nós imparar la brasiliana, né. Ele dizia, ele né. Era italiano tamém.

...